ALPARGATAS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 61.079.117/0001-05
NIRE 35 3000 25 270
www.alpargatas.com.br

NÍVEL 1 BM&FBOVESPA | abrasca companhia associada | IGC

F.Lopes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Alpargatas S.A.
Prezados Acionistas, apresentamos a seguir o desempenho financeiro consolidado da Alpargatas em 2019:

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida apresentou evolução no 4T19 de 5,6% em relação ao 4T18, pelo crescimento em todos os negócios no Brasil (Havaianas Brasil, Mizuno e Osklen). A receita líquida da Companhia em 2019 foi de R$ 3,7 bilhões, crescimento de 9,8% em comparação com 2018, em decorrência da expansão no volume e na receita das operações tanto no Brasil quanto em Havaianas Internacional.
Em 27 de dezembro de 2019, o comprador exerceu antecipadamente a opção de compra da participação acionária restante da Alpargatas S.A.I.C. que compreende a unidade de negócios relacionada à marca Topper na Argentina e no mundo, no Acordo de Compra e Venda celebrado em 14 de setembro de 2018. Por isso, a Argentina passou a não ser mais consolidada nos resultados da Alpargatas S.A. sendo apresentada na linha Resultado de Operações Descontinuadas.

LUCRO BRUTO

O lucro bruto consolidado cresceu dois dígitos, 15,8% no 4T19, com ganho de 4,5 p.p. na margem, principalmente pelo desempenho do Brasil.
No Brasil, o lucro bruto cresceu 18,3% comparado com o 4T18, com expansão de margem de 5,1 p.p. devido principalmente ao mix de canais mais rico, aumento de preços ocorrido no 4T19 e elevação de preços na virada da coleção (2T19).
No acumulado de 2019, o lucro bruto da Companhia somou R$ 1,9 bilhão (+12,9%) com margem bruta de 50,3%, expansão de 1,4 p.p. em relação a 2018.

DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas, nas quais estão inclusos fretes, propaganda, marketing, comissões, royalties e licenças, foram de R$ 243,7 milhões no 4T19, elevação de 2,5% em relação ao mesmo período de 2018. Esse valor, na proporção da receita líquida, representou 21,3%, 0,7 p.p. abaixo do 4T18. Em 2019, as despesas com vendas foram de R$ 1,1 bilhão e representaram 29,3% da receita líquida, redução de 1,4 p.p. em relação ao acumulado de 2018, resultado dos projetos e iniciativas de redução de despesas e melhor administração do investimento em marketing e propaganda da Companhia.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 23,1 milhões no quarto trimestre, ou 2% da receita líquida, o que representa 0,5 p.p. a menos que o mesmo período do ano passado. No acumulado de 2019, as despesas gerais e administrativas foram de R$ 186,8 milhões, 5% da receita líquida, redução de 0,4 p.p. em relação a 2018.

EBITDA

R$ milhões	4T19	4T18	Δ (%)	2019	2018	Δ (%)
EBITDA recorrente	**248,8**	**213,2**	**16,7%**	**619,3**	**523,5**	**18,3%**
Margem EBITDA recorrente	**21,8%**	**19,7%**	**+2,1 pp**	**16,7%**	**15,5%**	**+1,2 pp**
R$ milhões	**4T19**	**4T18**	**Δ (%)**	**2019**	**2018**	**Δ (%)**
Saldo de outras receitas (despesas) não recorrentes	**-34,3**	**-55,2**	**-37,8%**	**-31,0**	**115,2**	**n/a**
Brasil	-16,6	-40,0	-58,6%	-36,5	133,0	127,4%
Internacional	-17,7	-15,2	16,8%	5,5	-17,8	n/a
R$ milhões	**4T19**	**4T18**	**Δ (%)**	**2019**	**2018**	**Δ (%)**
(=) EBITDA	**214,5**	**158,0**	**35,8%**	**588,3**	**638,7**	**-7,9%**

O EBITDA recorrente do último trimestre de 2019 cresceu 16,7% atingindo R$ 248,8 milhões, advindo da iniciativa de Revenue Growth Management no Brasil e da melhor administração de gastos e despesas da Companhia em relação ao 4T18 através dos projetos VIP 100% (Value Improvement Program) e OBZ (Orçamento Base Zero).

Para efeito de comparabilidade, os principais eventos considerados não recorrentes do 4T19 foram:

R$ milhões	4T19	4T18	VAR	2019	2018	VAR
EBITDA recorrente	**248,8**	**213,2**	**17%**	**619,3**	**523,5**	**18%**
Margem EBITDA recorrente	21,8%	19,7%	+2,1 pp	16,7%	15,5%	+1,2 pp
Saldo de outras receitas (despesas)	-34,3	-55,2		-31,0	115,2	
EBITDA	**214,5**	**158,0**	**36%**	**588,3**	**638,7**	**-8%**
Margem EBITDA	18,8%	14,6%	+4,2 pp	15,8%	18,9%	-3,1 pp

- Adoção do IFRS 16;
- Provisão de Incentivo de Longo Prazo
- Reestruturação;

- Brasil: venda participação ASAIC;
- EUA: provisão referente à contingência cível;
- Mudança de política de Provisão de perda nos estoques;

O EBITDA recorrente da Companhia em 2019 somou R$ 619,3 milhões, valor 18,3% superior ao de 2018, e a margem de 16,7% foi 1,2 p.p. maior que a do ano anterior.

Para efeito de comparabilidade, os principais eventos considerados não recorrentes em 2019 foram:
- Transito em julgado a ação de inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS;
- Adoção do IFRS 16;
- *Impairment* do ágio na Argentina;
- Despesas com reestruturação;
- Provisão de Incentivo de Longo Prazo;
- Venda da Operação de Botas Sete Léguas.

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido recorrente no 4T19 foi de R$ 197 milhões, crescimento de 23,6% na comparação com o mesmo período no ano anterior. Já o lucro líquido no 4T19, considerando as operações continuadas, foi de R$ 135 milhões, crescimento de 14,1%.
O lucro líquido recorrente da Companhia de 2019 foi de R$ 431,6 milhões, valor 29,5% superior ao de 2018.
No ano, registramos lucro líquido considerando as operações continuadas de R$ 316 milhões, queda de 33,2% em relação a 2018, quando essa linha foi impactada principalmente por um evento não recorrente referente ao êxito em ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS de R$ 189 milhões.

CAPEX

No ano de 2019, os investimentos consolidados para sustentação/expansão das operações (CAPEX) da Alpargatas totalizaram R$ 160 milhões. Deste montante, R$ 69 milhões foram investidos na sustentação/manutenção das operações, e R$ 91 milhões foram direcionados à expansão das operações de varejo e projetos de ganho de eficiência fabril e de *supply chain*.

POSIÇÃO FINANCEIRA LÍQUIDA

- Em 31 de dezembro de 2019, a Alpargatas apresentava posição financeira líquida positiva de R$ 299,2 milhões, resultante de saldo de caixa de R$ 577,9 milhões (a geração operacional somou R$ 389 milhões em 12 meses findos em dezembro de 2019) e endividamento de R$ 278,7 milhões, com o seguinte perfil:
- R$ 176,9 milhões (63% do total) com vencimento no curto prazo, sendo R$ 125,0 milhões em moeda nacional. A dívida de curto prazo em moeda estrangeira somava R$ 51,9 milhões, dos quais R$ 31,3 milhões possuem *swap* para reais, e financiava, principalmente, o capital de giro das subsidiárias no exterior. Importante verificar que do saldo de caixa da Companhia, R$ 80,6 milhões são em moeda estrangeira;
- R$ 101,8 milhões (37% do total) com vencimento no longo prazo, sendo a totalidade em moeda nacional.

MERCADO DE CAPITAIS E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2019, as ações preferenciais (ALPA4) estavam cotadas a R$ 33,20, e as ações ordinárias (ALPA3) a R$ 27,58, valores 28,2% e 18,4% superiores aos de 30 de setembro de 2019, respectivamente. De outubro a dezembro, o Ibovespa registrou valorização de 11,1%. No encerramento do 4T19, o valor de mercado da Alpargatas na B3 era de R$ 17,8 bilhões, 127,1% superior ao encerramento do 4T18. O volume médio diário de negociação da ALPA4 no quarto trimestre foi de R$ 33,4 milhões, alta de 317,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.
O Conselho de Administração, em reunião realizada em 07 de fevereiro de 2020, deliberou distribuição de dividendos no montante total de R$ R$ 30.440.619,44 a serem pagos em 10 de março de 2020, referente ao exercício de 2019, tendo como base a posição acionária de 14 de fevereiro de 2020.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em 2019 o Instituto Alpargatas celebrou mais um ano de resultados expressivos. Foram ministradas mais de 22 mil horas de treinamento com professores, gestores e técnicos das secretarias de educação participantes dos projetos de educação pelo esporte e educação pela cultura. Suas iniciativas educacionais e esportivas beneficiaram mais de 169 mil crianças, adolescentes e jovens de 7 a 29 anos, que tiveram a oportunidade de evoluir em sua formação educacional graças aos programas de Educação pelo Esporte, Educação pela Cultura e Voluntariado Empresarial. Foram 375 escolas atendidas no Educação pelo Esporte, e 350 escolas contempladas pelo Educação pela Cultura em dez cidades da Paraíba, uma em Pernambuco e uma em Minas Gerais. O total investido somou cerca de R$ 4 milhões em ações que incluem capacitações dos professores de Educação Física, reformas de escolas e construção e manutenção de espaços esportivos, além de doações de materiais didático-pedagógicos e esportivos. Para reconhecer o empenho das pessoas envolvidas, o Instituto também premiou alunos e professores. Foram reconhecidos 3.770 alunos, 283 projetos inscritos para o prêmio de Educação 2019, por educadores de todas as escolas participantes dos programas e 25 projetos premiados em Educador Nota 10, todos aprovados e publicados em 35º Congresso Internacional de Educação Física. A Alpargatas opera com foco na prevenção de danos ambientais e à saúde. No ano, investiu R$ 13,8 milhões na adoção, continuidade e ampliação de iniciativas nas áreas de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Meio Ambiente.

VALOR ADICIONADO

Em 2019, a Alpargatas gerou valor adicionado de R$ 2,7 bilhões, distribuídos da seguinte forma: 41% aos empregados, 40% ao governo, 8% aos financiadores de capital, 11% para reserva de lucros e 1% aos acionistas.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a Alpargatas S.A. informa que, no período de outubro a dezembro de 2019, não foram contratados junto à KPMG Auditores Independentes serviços não relacionados à auditoria externa. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, contratou os seguintes serviços da KPMG Auditores Independentes:
- Identificação dos potenciais impactos da adoção do IFRS 16. Para esse serviço foi desembolsado honorários de aproximadamente R$ 100 mil;
- Revisão do Formulário de Referência da Companhia; Para esses serviços de revisão foram desembolsados honorários de aproximadamente R$ 60 mil.

A prestação dos serviços não representou conflitos de interesse, pois é permitida pelo órgão regulador e, consequentemente, não afetou a independência e objetividade necessárias ao desempenho do trabalho de auditoria.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

De acordo com o artigo 25, parágrafo 1º, item 5 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as informações contábeis do exercício de 2019 da Alpargatas S.A. e com o relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2020
Conselho de Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	**Nota**	**2019[1]**	**2018**	**2019[1]**	**2018**
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	440.551	367.006	566.263	518.782
Aplicações financeiras	5	-	22.156	-	22.156
Contas a receber de clientes	6	885.918	797.589	883.288	972.499
Estoques	7	507.530	431.634	674.780	730.330
Impostos a recuperar	8	26.987	43.118	59.762	85.544
Despesas antecipadas		5.551	7.004	14.839	22.712
Instrumentos financeiros derivativos	31.3	-	466	-	1.136
Ativo mantido para venda	11	150.584	-	367.819	-
Outros créditos		17.584	17.476	43.383	36.153
Total do ativo circulante		**2.034.705**	**1.686.449**	**2.610.134**	**2.389.312**
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	5	11.689	-	11.689	-
Contas a receber de clientes	6	2.845	28.829	2.845	3.063
Impostos a recuperar	8	283.566	190.120	300.837	200.279
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	35.749	71.794	56.371	98.650
Depósitos judiciais	10	28.126	42.815	29.467	44.322
Partes relacionadas	21	25.758	138.954	-	-
Outros créditos		5.310	9.223	26.440	18.111
Ativo realizável a longo prazo					
Investimentos:					
Empresas controladas	12	344.658	416.322	-	-
Outros		145	145	2.294	2.322
Imobilizado	13	685.909	631.404	736.102	770.722
Ativo de direito de uso	15	101.069	-	431.493	-
Intangível	14	107.880	106.456	314.368	453.324
Total do ativo não circulante		**1.632.704**	**1.636.062**	**1.911.906**	**1.590.793**
TOTAL DO ATIVO		**3.667.409**	**3.322.511**	**4.522.040**	**3.980.105**

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Nota**	**2019[1]**	**2018**	**2019[1]**	**2018**
CIRCULANTE					
Fornecedores	16	329.813	333.662	350.505	449.069
Risco sacado	17	50.095	-	78.394	-
Empréstimos e financiamentos	18	125.004	142.073	176.925	382.258
Passivo de arrendamento	15.1	10.808	-	57.761	-
Obrigações fiscais	19	24.349	23.374	50.952	44.702
Plano de incentivo de longo prazo	23.2	22.543	-	22.839	-
Provisões e outras obrigações	20	70.033	57.148	123.965	103.161
Obrigações negociadas de controladas		-	-	-	2.030
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		123.939	110.265	149.656	148.432
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	9.532	5.984	19.493	20.271
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar		10.665	4.399	10.665	4.399
Instrumentos financeiros derivativos	31.3	1.349	5.288	1.349	5.288
Passivo relacionado ao ativo de mantido para venda	11	-	-	213.991	-
Total do passivo circulante		**778.130**	**682.193**	**1.256.495**	**1.159.610**
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	18	101.825	230.676	101.825	230.676
Passivo de arrendamento	15.1	83.361	-	316.618	-
Obrigações negociadas de controladas		-	-	-	7.748
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	-	-	48.917	70.603
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	11.015	10.912	12.233	17.872
Plano de incentivo de longo prazo	23.2	33.733	7.383	35.668	8.631
Outras obrigações		16.414	10.534	15.692	15.127
Total do passivo não circulante		**246.348**	**259.505**	**530.953**	**350.657**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	24.1	1.500.000	648.497	1.500.000	648.497
Reservas de capital		188.794	172.799	188.794	172.799
Reserva de lucros		1.114.731	1.700.007	1.114.731	1.700.007
Ajuste de avaliação patrimonial		(96.346)	(76.242)	(96.346)	(76.242)
Ações em tesouraria		(64.248)	(64.248)	(64.248)	(64.248)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		**2.642.931**	**2.380.813**	**2.642.931**	**2.380.813**
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	91.661	89.025
Total do patrimônio líquido		**2.642.931**	**2.380.813**	**2.734.592**	**2.469.838**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.667.409**	**3.322.511**	**4.522.040**	**3.980.105**

(1) A Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. Nos métodos de transição escolhidos, a informação comparativa não foi reapresentada.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2019[1]**	**2018**	**2019[1]**	**2018**
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita operacional líquida	25	3.002.467	2.750.431	3.712.184	3.380.217
Custo dos produtos vendidos	26	(1.728.566)	(1.631.904)	(1.845.252)	(1.726.381)
LUCRO BRUTO		**1.273.901**	**1.118.527**	**1.866.932**	**1.653.836**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	26	(560.538)	(560.282)	(1.088.172)	(1.037.729)
Despesas gerais e administrativas	26	(134.739)	(140.904)	(165.763)	(167.230)
Honorários dos administradores	21.5	(21.036)	(15.773)	(21.036)	(15.773)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(58.744)	(181.621)	-	-
Outras receitas / (despesas) operacionais, líquidas	27	(153.365)	147.339	(162.911)	108.129
		(928.422)	**(751.241)**	**(1.437.882)**	**(1.112.603)**
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**345.479**	**367.286**	**429.050**	**541.233**
Receitas financeiras	28	54.863	60.900	52.009	58.764
Despesas financeiras	28	(36.254)	(45.355)	(52.610)	(55.025)
Ganhos em operações com derivativos	28	15.013	3.551	16.333	3.551
Perdas em operações com derivativos	28	(9.129)	(10.773)	(9.129)	(10.773)
Variação cambial líquida	29	2.836	11.554	(8.160)	(3.905)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**372.808**	**387.163**	**427.493**	**533.845**
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	9.2	(62.658)	(30.052)	(86.236)	(42.020)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	9.2	(36.045)	(25.610)	(25.274)	(18.849)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		**274.105**	**331.501**	**315.983**	**472.976**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	11	-	-	(56.648)	(148.935)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**274.105**	**331.501**	**259.335**	**324.041**
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL A					
Acionistas controladores		274.105	331.501	274.105	331.501
Acionistas não controladores		-	-	(14.770)	(7.460)
LUCRO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO					
Básico e diluído por ação ON - R$	32	0,4275	0,6678	0,4275	0,6678
Básico e diluído por ação PN - R$	32	0,4704	0,7347	0,4704	0,7347
LUCRO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Básico e diluído por ação ON - R$	32	0,5209	0,9747	0,5209	0,9747
Básico e diluído por ação PN - R$	32	0,5732	1,0724	0,5732	1,0724
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Diluído por ação ON - R$	32	(0,0934)	(0,3069)	(0,0934)	(0,3069)
Diluído por ação PN - R$	32	(0,1028)	(0,3377)	(0,1028)	(0,3377)

(1) A Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. Nos métodos de transição escolhidos, a informação comparativa não foi reapresentada.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2019[1]**	**2018**	**2019[1]**	**2018**
RECEITAS		**3.465.089**	**3.226.548**	**4.306.547**	**3.946.633**
Vendas de mercadorias e produtos		3.460.810	3.184.023	4.269.489	3.900.215
Provisão para perdas esperadas *(impairment)*		(6.164)	(5.651)	(10.793)	(9.072)
Outras receitas		10.443	48.176	47.851	55.490
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		**(1.494.284)**	**(1.409.989)**	**(1.938.553)**	**(1.794.944)**
Custo de mercadorias e produtos vendidos		(1.147.609)	(1.058.395)	(1.261.510)	(1.148.892)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(270.924)	(329.321)	(582.179)	(623.257)
(Perdas) / recuperação de valores ativos		(71.825)	(21.336)	(88.380)	(21.757)
Outros		(3.926)	(937)	(6.484)	(1.037)
		1.970.805	**1.816.559**	**2.367.994**	**2.151.690**
RETENÇÕES		**(76.542)**	**(63.814)**	**(159.253)**	**(97.224)**
Depreciação e amortização		(76.542)	(63.814)	(159.253)	(97.224)
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		**1.894.263**	**1.752.745**	**2.208.741**	**2.054.466**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		**33.028**	**(77.218)**	**37.998**	**(39.292)**
Resultado de equivalência patrimonial	12	(58.744)	(181.621)	-	-
Receitas financeiras - Incluindo variações cambiais		90.284	101.501	92.666	105.944
Outros		1.488	2.902	1.980	3.700
Resultado de Operações Descontinuadas		-	-	(56.648)	(148.935)
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		**1.927.291**	**1.675.527**	**2.246.739**	**2.015.174**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		**(1.927.291)**	**(1.675.527)**	**(2.246.739)**	**(2.015.174)**
Salários e encargos sociais		(764.833)	(634.411)	(912.625)	(758.805)
Impostos, taxas e contribuições		(758.265)	(549.647)	(890.514)	(666.305)
Despesas financeiras e aluguéis		(130.088)	(159.968)	(184.265)	(266.023)
Juros sobre o capital próprio	24.3	-	(110.600)	-	(110.600)
Dividendos		(30.441)	-	(30.441)	-
Lucros retidos		(243.664)	(220.901)	(243.664)	(220.901)
Participação de não controladores nos lucros retidos		-	-	14.770	7.460

(1) A Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. Nos métodos de transição escolhidos, a informação comparativa não foi reapresentada.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019[1]	**2018**	**2019[1]**	**2018**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	**274.105**	**331.501**	**315.983**	**472.976**
Outros resultados abrangentes a ser reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ganhos/perdas na conversão de demonstrações financeiras de controladas do exterior	(12)	18.413	(2.585)	20.896
Ajuste do plano de previdência privada	(939)	2.247	(939)	2.247
Baixa de outros resultados abrangentes pela venda de controlada	-	40.445	-	40.445
	(951)	**61.105**	**(3.524)**	**63.588**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	**-**	**-**	**(56.648)**	**(148.935)**
Ganhos/perdas na conversão de demonstrações financeiras de controladas do exterior	9.650	(41.743)	43.130	(41.298)
Efeito da aplicação do CPC 42 / IAS 29	(18.603)	53.979	(32.111)	67.080
	(8.953)	**12.236**	**11.019**	**25.782**
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**264.201**	**404.842**	**266.830**	**413.411**
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos:				
Acionistas controladores	264.201	404.842	264.201	404.842
Acionistas não controladores	-	-	2.629	8.569

(1) A Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. Nos métodos de transição escolhidos, a informação comparativa não foi reapresentada.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2019[1]**	**2018**	**2019[1]**	**2018**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas		274.105	331.501	315.983	472.976
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		62.900	63.814	86.893	97.223
Resultado na venda/baixa de bens		9.899	3.326	11.374	6.773
Resultado da equivalência patrimonial	12	58.744	181.621	-	-
Juros, variações monetárias e cambiais líquidas		13.552	20.512	15.380	29.901
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários		18.479	15.599	19.704	26.843
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social		62.658	30.052	86.236	42.020
Imposto de renda e contribuição social diferidos		36.045	25.610	25.274	18.849
Provisão para perdas nos estoques		(1.291)	35.062	(2.882)	37.197
Provisão para perda esperada (*impairment*)		6.164	5.651	10.793	9.072
Perdas com valor justo de investimentos financeiros derivativos		(5.884)	7.222	(7.204)	7.222
Provisão para perda no imobilizado/intangível - (*impairment*)		77.179	3.338	77.179	3.338
Atualização monetária de depósitos judiciais e créditos tributários extemporâneos		(75.571)	(201.850)	(88.909)	(201.850)
Provisão de honorários de sucesso		727	7.457	727	7.457
Outorga de opções de compra de ações		15.995	-	15.995	-
Provisão de juros - IFRS 16		4.650	-	18.239	-
Depreciação de direito de uso - IFRS 16		13.642	-	72.360	-
Resultado na baixa de direito de uso - IFRS 16		(230)	-	(138)	-
Provisão para plano de previdência		(516)	(501)	(516)	(501)
Perda na venda de controlada		-	22.894	-	21.431
Caixa líquido gerado pelo ativo mantido para venda		-	-	(6.055)	(8.007)
Provisão Incentivo de Longo Prazo		48.893	-	49.876	-
		620.140	**551.308**	**700.309**	**569.944**
Redução (aumento) no ativo:					
Contas a receber de clientes		(147.120)	(130.265)	(65.653)	(65.614)
Contas a receber de ativo mantido para venda		-	-	-	(129.817)
Estoques		(76.360)	(78.517)	(101.732)	(86.712)
Despesas antecipadas		1.453	(5.818)	5.928	(9.841)
Impostos a recuperar		(5.310)	(25.141)	(19.232)	(10.073)
Recebimento proc. Créd. Prêmio IPI		-	37.031	-	37.031
Outros créditos		18.496	(18.745)	(15.590)	(42.743)
Aumento (redução) no passivo:					
Fornecedores		(3.849)	63.575	(11.269)	31.628
Risco Sacado		50.095	-	78.394	-
Obrigações tributárias		(69)	4.924	6.319	13.610
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(55.914)	(20.790)	(76.299)	(45.955)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		13.674	20.293	17.219	25.371
Contingências		(14.827)	(34.475)	(18.680)	(37.835)
Pagamento (Recebimento) de derivativos		2.410	(2.135)	4.339	(3.657)
Pagamento de encargos, de empréstimos e financiamentos		(19.450)	(23.962)	(22.974)	(65.649)
Outras obrigações		15.910	1.798	50.371	6.146
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**399.279**	**339.081**	**531.450**	**185.834**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aumento/aporte de capital em controladas		(39.611)	(30.450)	-	-
Aquisições de imobilizado e intangível		(143.367)	(59.948)	(164.481)	(80.795)
Aplicações financeiras		(207.428)	(108.301)	(207.428)	(108.301)
Resgate de aplicações financeiras		222.556	167.389	222.556	167.389
Recebimento por venda de participação em controlada		-	36.590	-	40.000
Partes Relacionadas		-	(92.000)	-	2.941
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(167.850)**	**(86.720)**	**(149.353)**	**21.234**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captações de empréstimos e financiamentos		-	-	114.393	434.937
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Principal		(144.682)	(189.681)	(374.928)	(543.992)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos		(36)	(206.408)	(36)	(206.408)
Pagamento de principal de arrendamento mercantil IFRS 16		(8.516)	-	(52.547)	-
Pagamento de juros de arrendamento mercantil IFRS 16		(4.650)	-	(18.239)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(157.884)**	**(396.089)**	**(331.357)**	**(315.463)**
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		-	-	(3.259)	(2.061)
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**73.545**	**(143.728)**	**47.481**	**(110.456)**
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		367.006	510.734	518.782	629.238
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		440.551	367.006	566.263	518.782
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**73.545**	**(143.728)**	**47.481**	**(110.456)**

(1) A Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. Nos métodos de transição escolhidos, a informação comparativa não foi reapresentada.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

... continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais)

			Reservas de capital			Reservas de lucros									
	Nota	Capital social	Ágio (deságio) na venda de ações em tesouraria	Incentivos fiscais - Subvenção para Investimentos	Opções outorgadas reconhecidas	Legal	De incentivos fiscais	Para investimentos	Ações em Tesouraria	Dividendos adicionais propostos	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação dos não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2018		**648.497**	**3.558**	**169.241**	**-**	**67.754**	**1.413.241**	**-**	**(64.248)**	**97.439**	**(149.092)**	**-**	**2.186.390**	**77.999**	**2.264.389**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	331.501	331.501	(7.460)	324.041
Ajuste de hiperinflação IAS 29		-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.979	-	53.979	13.102	67.081
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.361	-	19.361	2.928	22.289
Ajuste na adoção do IFRS 9		-	-	-	-	-	-	(4.653)	-	-	-	-	(4.653)	(485)	(5.138)
Realização de custo atribuído ao imobilizado de controlada e coligada		-	-	-	-	-	-	490	-	-	(490)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados		-	-	-	-	-	-	2.274	-	-	-	-	2.274	-	2.274
Capitalização de não controlador		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.941	2.941
Constituição de reservas:															
Para incentivos fiscais	4	-	-	-	-	-	217.563	-	-	-	-	(217.563)	-	-	-
Para investimentos		-	-	-	-	-	-	3.338	-	-	-	(3.338)	-	-	-
Distribuição de juros sobre o capital próprio - R$0, 30 por ação	24.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(110.600)	(110.600)	-	(110.600)
Distribuição de dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	(97.439)	-	-	(97.439)	-	(97.439)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (i)		**648.497**	**3.558**	**169.241**	**-**	**67.754**	**1.630.804**	**1.449**	**(64.248)**	**-**	**(76.242)**	**-**	**2.380.813**	**89.025**	**2.469.838**
Aumento de capital		851.503	-	-	-	-	(851.503)	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	274.105	274.105	(14.770)	259.335
Ajuste de hiperinflação IAS 29		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.603)	-	(18.603)	(13.508)	(32.111)
Opções outorgadas reconhecidas		-	-	-	15.995	-	-	-	-	-	-	-	15.995	-	15.995
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.699	-	8.699	30.914	39.613
Realização de custo atribuído ao imobilizado de controlada e coligada		-	-	-	-	-	-	10.200	-	-	(10.200)	-	-	-	-
Perda na mudança de participação em controlada		-	-	-	-	-	-	(11.777)	-	-	-	-	(11.777)	-	(11.777)
Juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados		-	-	-	-	-	-	1.309	-	-	-	-	1.309	-	1.309
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	22.831	-	(22.831)	-	-	-
Destinações do lucro líquido do exercício:															
Dividendos obrigatórios	24.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.610)	(7.610)	-	(7.610)
Para reserva legal	24.3	-	-	-	-	1.602	-	-	-	-	-	(1.602)	-	-	-
Para incentivos fiscais	4	-	-	-	-	-	242.062	-	-	-	-	(242.062)	-	-	-
Para investimentos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		**1.500.000**	**3.558**	**169.241**	**15.995**	**69.356**	**1.021.363**	**1.181**	**(64.248)**	**22.831**	**(96.346)**	**-**	**2.642.931**	**91.661**	**2.734.592**

(i) A Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. Nos métodos de transição escolhidos, a informação comparativa não foi reapresentada.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Considerações gerais

A Alpargatas S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, capital, na Av. das Nações Unidas, nº 14.261 9º,10º e 11º andares e registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão com os códigos de negociação "ALPA4" e "ALPA3".

Suas atividades e de suas controladas (doravante coletivamente denominadas "Grupo Alpargatas" ou "Grupo") são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos.

As controladas diretas e indiretas, por meio das quais a Companhia mantém operações no Brasil e no exterior, estão informadas na nota explicativa 3.

1.2. Aquisição do controle societário pela Itaúsa - Investimentos Itaú S.A., Cambuhy Investimentos Ltda. e Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A.

Em 12 de julho de 2017, a Companhia foi informada de que a J&F Investimentos e a Itaúsa, a Cambuhy e a Brasil Warrant (Cambuhy Alpa) assinaram contrato de compra e venda de ações para aquisição do controle acionário da Alpargatas. Tal operação foi concluída em 20 de setembro de 2017, após aprovação publicada no D.O.U. despacho do Superintendente Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), no dia 4 de agosto de 2017. A Itaúsa, a Cambuhy e a Cambuhy Alpa ("Compradores") adquiriram a totalidade das ações de emissão da Alpargatas detida pela J&F Investimentos S.A., representada por 255.183.112 ações, sendo 207.246.069 ações ordinárias e 47.937.043 ações preferenciais, equivalentes a 54,24% do capital social total da Alpargatas, sendo 85,78% do capital social votante e 20,95% do total das ações preferenciais ("Ações Alienadas").

O preço das Ações Alienadas, após os ajustes em razão do pagamento de juros sobre capital próprio à J&F (conforme deliberado em Reunião de Conselho de Administração, realizada em 4 de agosto de 2017) foi de R$3.479.907 (três bilhões, quatrocentos e setenta e nove milhões e novecentos e sete mil reais), sendo o preço por ação equivalente a R$14,17 por ação ordinária e R$11,32 por ação preferencial.

Nos termos do art. 254-A da Lei das Sociedades por Ações e em razão da aquisição do controle acionário pelos Compradores por meio da aquisição das Ações Alienadas da J&F, os Compradores realizaram, em 23 de março de 2018, o leilão da oferta pública de aquisição de ações da Alpargatas S.A. (OPA), nos termos do edital publicado em 16 de fevereiro de 2018. Não houve interesse de nenhum acionista em aderir à OPA, permanecendo inalterada a participação acionária.

1.3. Venda das operações de Topper e Rainha

Em 3 de novembro de 2015, a Companhia, com o objetivo de aumentar o foco em seus negócios mais estratégicos, celebrou com um grupo de investidores liderados pelo Sr. Carlos Roberto Wizard Martins: (a) Contrato de Compra e Venda para alienação de 100% da unidade de negócio que compreendeu a totalidade das operações relacionadas às marcas Topper no Brasil e Rainha no Brasil e no mundo; (b) Acordo de Compra e Venda para alienação de 20% da unidade de negócio que compreendeu a totalidade das operações relacionadas à marca Topper na Argentina e no mundo (exceto Estados Unidos e China), atualmente desenvolvida pela controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina ("ASAIC"); e (c) Acordo de Licenciamento de Uso da marca Topper, por período de até 15 anos, nos Estados Unidos e China, com carência de pagamento de *royaties* de 5 anos, ou na finalização da venda.

Os fechamentos das operações foram previstos para datas distintas e sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes.

Como previsto na estruturação da transação, em fevereiro de 2016, a Alpargatas segregou a unidade de negócios responsável pelas atividades das marcas Topper e Rainha no Brasil em uma nova companhia, a BRS Comércio e Indústria de Material Esportivo S.A. ("BRS"), a qual foi adquirida pelos compradores em 2 de maio de 2016 pelo preço de R$49.836.

Em 14 de setembro de 2018, a Companhia renegociou as condições da operação de venda da unidade de negócios "Topper" na Argentina e substituiu o acordo de compra e venda que havia sido celebrado com Sr. Carlos Roberto Wizard Martins e demais investidores em 3 de novembro de 2015. O novo acordo previa a alienação entre 20,0% e 22,5% do capital social da ASAIC, dependendo da variação de alguns fatores até a data do fechamento, bem como a alienação da participação acionária remanescente sujeita ao exercício da opção de compra ou da opção de venda, a ser exercida entre 2021 e 2022 previstas no mesmo Acordo.

Em 4 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu a alienação de 21,8% do capital social da ASAIC. Nesta mesma data ocorreu a alienação de 2,18% do capital da Dialog S.A. ("Dialog") pertencentes à controlada Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda. ("Fibrasil"), adquiridos pela Companhia.

O preço dessas alienações foi de R$ 100.000, com valor de entrada de R$ 40.000 pagos pelo comprador em dezembro de 2018, os R$ 60.000 restantes farão parte do preço remanescente a ser determinado no momento de exercício (ou não) da opção de venda ou de compra.

Ainda no contexto dessa operação a Companhia efetuou a compra de 7,82% de participação do capital social da Dialog pertencentes à controlada Fibrasil pelo valor de R$ 1.494.

Em 27 de dezembro de 2019 o comprador exerceu antecipadamente, em comum acordo com o a Companhia, a opção de compra da participação acionária restantes da ASAIC. A transferência das ações da ASAIC, objeto do exercício da opção de compra, está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes inerentes a esse tipo de operação, tais como inexistência de restrições, formalização das garantias, aprovações societárias, entre outras, que devem ser cumpridas até 30 de junho de 2020.

O preço da aquisição pela totalidade das ações da ASAIC foi de R$ 260.000 que já inclui o valor de R$40.000 pago anteriormente, podendo o preço de R$ 220.000 remanescente ser ajustado de forma positiva ou negativa em até 25%, caso ocorram determinados eventos extraordinários previstos no contrato de compra e venda.

O preço será pago à Companhia em 3 (três) parcelas anuais, iguais e consecutivas, corrigidas, sendo a primeira parcela devida no terceiro aniversário da data de Fechamento da Opção de Compra.

Os ativos e passivos, bem como o desempenho operacional, vinculados a operação da ASAIC, estão demonstrados na nota explicativa 11.

1.4. Redomiciliação e incorporação - Alpargatas International S.L.

Em 5 de dezembro de 2016 foi concluído o processo de redomiciliação da Alpargatas International S.L., nova razão social da Alpargatas International ApS, de Copenhague (Dinamarca) para Madri (Espanha). Essa mudança de domicílio da *holding* europeia se deu por questões estratégicas de crescimento dos negócios.

Em 25 de abril de 2018, a Alpargatas International S.L. foi incorporada pela controlada Alpargatas Europe S.L.U., ambas domiciliadas em Madri (Espanha). Com a incorporação a Alpargatas Europe S.L.U. passou a deter participação direta em todas as subsidiárias localizadas na Europa e a operação nos Estados Unidos.

1.5. Início de novas operações

Em janeiro de 2018 iniciou a operação da controlada Alpargatas Colômbia SAS e sua atividade principal é a comercialização de produtos da marca Havaianas.

Em maio de 2018 iniciou a operação da controlada Alpargatas Asia Ltd. (Hong Kong) e sua atividade principal é a representação comercial da marca Havaianas.

Em dezembro de 2019 iniciou a operação da controlada Alpargatas Trading (Shanghai) Co. Ltd. (China) e sua atividade principal é a comercialização de produtos da marca Havaianas.

1.6. *Joint venture* Alpargatas Índia

Em 11 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu as negociações com a Periwinkle Fashions Private Limited ("Periwinkle"), para constituição na República da Índia de uma *joint venture*, a Alpargatas Índia Fashions Private Limited ("Alpargatas Índia").

A Alpargatas Índia desenvolverá o negócio de "Havaianas" e será detida pela Alpargatas e Shoezone Lifestyle LLP ("Shoezone"), (sociedade controlada da Periwinkle), na proporção inicial de 51% da Companhia e 49% da Shoezone.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, as quais correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão.

A Diretoria aprovou e o Conselho de Administração autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 07 de fevereiro de 2020.

2.2. Mudanças nas principais políticas contábeis

2.2.1. CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos

O Grupo Alpargatas adotou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo, itens de baixo valor e pagamentos variáveis. A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores.

O Grupo aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada, portanto, a informação comparativa apresentada para 2019 não foi reapresentada, ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se este era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Na transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16, o Grupo optou por aplicar o expediente prático de manter a avaliação de quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e o ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados. Por conseguinte, a nova definição de arrendamento, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, foi aplicada aos contratos celebrados ou alterados em ou, após 1º de janeiro de 2019, bem como para os contratos vigentes nesta data.

No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para arrendamentos de imóveis nas quais é um arrendatário, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e os contabilizará como um único componente de arrendamento.

b) Arrendamento em que o Grupo é arrendatário

Como arrendatário, o Grupo classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, o Grupo reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, o Grupo optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). O Grupo reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. Quando um ativo de direito de uso atende à definição de propriedade para investimento, ele é apresentado na linha de propriedade para investimento e é inicialmente mensurado pelo custo e subsequentemente mensurado pelo valor justo, de acordo com as políticas contábeis do Grupo. A Companhia não possui direitos de uso que atendem a definição de propriedade para investimentos em 31 de dezembro de 2019 ou na adoção inicial em 1º de janeiro de 2019.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontando a taxa de juros implícita no arrendamento, ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

O Grupo aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos que incluem opções de renovação. A avaliação se o Grupo está razoavelmente certo de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

c) Transição

Anteriormente, o Grupo classificava arrendamentos de imóveis como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Esses arrendamentos incluem as instalações de depósitos, fábricas e escritórios administrativos. Os arrendamentos geralmente são contratados por um período de 5 a 15 anos. Alguns arrendamentos incluem uma opção de renovação após o final do período não cancelável.

Alguns arrendamentos são ajustados por índices inflacionários, como IGP-M ou IPCA.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R1)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de qualquer pagamento antecipado ou acumulado do arrendamento. O Grupo aplicou esta abordagem a todos os outros arrendamentos.

A taxa média ponderada de desconto foi definida com base nas seguintes premissas:

- taxas de descontos que levam em consideração a média de curvas de custos de debêntures obtidas junto às instituições financeiras e avaliações de risco de crédito da Companhia, ajustadas aos prazos e valores dos contratos de arrendamento;
- uso de taxa de desconto nominal.

O Grupo utilizou os seguintes expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2)/IFRS 16 aos arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06/IAS 17:

- aplicou a isenção para não reconhecer ativos de direito de uso e passivos para arrendamentos com prazo menor que 12 meses.

d) Arrendamentos em que o Grupo é um arrendador

O Grupo Alpargatas não possui nenhuma transação de arrendamento como arrendador, por isso não foram identificados efeitos na aplicação da norma.

e) Impacto nas demonstrações financeiras

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, o Grupo reconheceu em 1º de janeiro de 2019 passivos de arrendamento no valor R$ 71.293 na controladora e R$ 341.855 no consolidado, e ativo de direito de uso nesses mesmos montantes, respectivamente. Os contratos de direitos comerciais que estavam classificados no intangível foram reclassificados para o grupo de "Direito de Uso", conforme mencionado na nota explicativa 15. Os demais contratos de arrendamento (itens de baixo valor, com prazo inferior a 12 meses e com pagamento variável) continuam sendo registrados como despesa do exercício de acordo com sua natureza, conforme mencionado na nota explicativa 26.

2.2.2. Outras normas

A seguinte interpretação de norma também foi adotada pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019, no entanto, não teve efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas:

- ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (IAS 12 - Income Taxes) ("CPC 32 / IAS 12") quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

2.3. Base para elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento incluem: reconhecimento de vendas, imposto de renda e contribuição social diferido, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, provisão para perdas esperadas *(Impairment)*, provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha, avaliação do valor recuperável do ágio, vida útil dos bens do imobilizado e intangível, instrumentos financeiros derivativos, evidenciação de economia hiperinflacionária e plano de incentivo de longo prazo.

As práticas contábeis relevantes estão descritas nas notas explicativas relacionadas aos itens apresentados. Àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

a) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ágio)

A Companhia e suas controladas revisam o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

<u>Transações e saldos em moeda estrangeira</u>

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

<u>Operações no exterior com moeda funcional diferente do Real</u>

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 6.2 - Reconhecimento da provisão para perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber de clientes;
- Nota explicativa 9.1 - Imposto de renda e contribuição social diferido: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 12.1 - Teste de redução ao valor recuperável de ágio (*impairment*);
- Nota explicativa 22 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 23.2 - Plano de incentivo de longo prazo: principais premissas para cálculo do valor da ação;
- Nota explicativa 31.3 - Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*").

d) Instrumentos financeiros

<u>Reconhecimento e mensuração inicial dos ativos financeiros</u>

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Na nova norma contábil, a menos que um ativo financeiro tenha sido designado no momento inicial ao valor justo por meio do resultado (com o propósito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração contábil), os instrumentos de dívida devem ser classificados subsequentemente como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base nos seguintes itens:

- No modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros;
- Nas características de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros (também denominado teste de "SPPJ" - Somente pagamento de principal e juros).

Modelos de negócios: Os modelos de negócios refletem a maneira pela qual o Grupo gerencia seus ativos financeiros de forma a gerar fluxo de caixa, ou seja, a partir dos modelos de negócios o Grupo determina se os fluxos de caixa são procedentes do recebimento de fluxos de caixa contratuais, do recebimento de fluxo de caixa contratual e vendas, ou ambos. Se nenhum desses dois modelos de negócios for aplicável, então tais ativos financeiros são classificados como parte de "outros" modelos de negócios e mensurados a valor justo por meio do resultado.

Alguns fatores são considerados pelo Grupo na determinação de seus modelos de negócios, que incluem:

- Experiência passada sobre como os fluxos de caixa contratuais são coletados (incluindo avaliação sobre o histórico de vendas dos ativos financeiros);
- Como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros mantidos nos modelos de negócios são avaliados e reportados ao pessoal-chave da Administração;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos nesse modelo de negócios) e, em particular, a forma como esses riscos são gerenciados;
- Como os gestores do negócio são remunerados (por exemplo, se a remuneração se baseia no valor justo dos ativos gerenciados ou nos fluxos de caixa contratuais recebidos).

SPPJ: A análise se os fluxos de caixa contratuais que consistem somente pagamento do principal e juros (teste de "SPPJ") é exigida se o ativo financeiro for mantido em modelo de negócios cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, ou em um modelo cujo o objetivo além do recebimento dos fluxos de caixa contratuais seja de venda desses ativos.

No caso da identificação de ativos financeiros que introduzam exposição a riscos e volatilidades e que sejam inconsistentes ao acordo de empréstimo básico, tais ativos são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Mensuração subsequente: Os instrumentos de dívidas são mensurados em uma das seguintes categorias:

- **Custo amortizado:** os ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, representam somente pagamentos de principal e juros e os que não são designados a valor justo por meio do resultado, são mensurados ao custo amortizado. O valor contábil desses ativos é ajustado por provisão para perda de crédito esperada reconhecida e mensurada de acordo com metodologia especificada na nota explicativa 6. A receita de juros desses ativos financeiros está incluída na demonstração do resultado na rubrica de "receitas financeiras", usando o método da taxa de juros efetiva.

  A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** os ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda, que não são designados ao valor justo por meio do resultado, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As variações no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes dentro do patrimônio líquido, exceto pelo reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável, receita de juros e ganhos/perdas sobre variação cambial que são reconhecidos no resultado do exercício. A receita de juros desses ativos financeiros está incluída na demonstração do resultado na rubrica de "receitas financeiras" usando o método da taxa de juros efetiva.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** os ativos financeiros que não atendem os critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ganhos/perdas do instrumento de dívida que são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos como receita ou despesa financeira no resultado do exercício.

<u>Passivos financeiros</u>

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os passivos financeiros designados como objeto de *hedge*, para os quais os riscos protegidos são mensurados ao valor justo e passivos financeiros designados ao valor justo no reconhecimento inicial.

Para os passivos mensurados ao valor justo, na designação inicial, a parcela correspondente as variações do risco de crédito próprio da Companhia (denominado "*DVA - Debit Valuation Adjustment*") é registrada em outros resultados abrangentes (sem reciclagem para o resultado).

<u>Reclassificação dos ativos e passivos financeiros</u>

As reclassificações dos ativos financeiros ocorrem apenas se algum modelo de negócios do Grupo for alterado, dessa forma sendo infrequente a ocorrência de reclassificações. No caso da ocorrência de reclassificação, a mesma é aplicada de forma prospectiva (a partir da data de reclassificação).

Os passivos financeiros não são reclassificados.

<u>Instrumentos financeiros - apresentação líquida</u>

Ativos e passivos financeiros são representados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e elegível de composição dos montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação ou, de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

<u>Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de "hedge"</u>

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos para se proteger do risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de "*hedge*" são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

e) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

f) Receita operacional

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto.

O Grupo possui com determinados clientes com acordos comerciais que permitem alguns descontos especiais, esses descontos são contabilizados como redutor da receita de vendas.

g) Receita e despesa financeira

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido. O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: - valor contábil bruto do ativo financeiro; ou - ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

h) Benefícios a empregados

<u>Benefícios de curto prazo a empregados</u>

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

<u>Planos de contribuição definida</u>

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

<u>Planos de benefício definido</u>

A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os beneficiados receberão como retorno pelos serviços prestados em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

<u>Acordos de pagamento baseado em ações</u>

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

i) Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R$ 240 e 9% para contribuição social.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

j) Capital social

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

k) Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que: (i) representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; (ii) é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou (iii) é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, do fluxo de caixa e da demonstração do valor adicionado comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

l) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Transações efetuadas entre as entidades do Grupo ("*intercompany*"), assim como os saldos, ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação das demonstrações financeiras. Eventuais perdas não realizadas relacionadas à perda de valor (*impairment*) do ativo transferido não são eliminadas. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas, quando necessário, para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

i. <u>Controladas</u>

As controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

ii. <u>Participação de acionistas não controladores</u>

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

A Companhia considera que controla a investida se, e somente se, possuir todos os seguintes atributos: (a) poder sobre a investida; (b) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (c) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

A consolidação abrange as demonstrações contábeis da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

	Atividade principal	Participação (%) 31/12/2019	Participação (%) 31/12/2018
Participação direta:			
Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	Importação e exportação em geral, compra, venda e locação de imóveis próprios e participação em outras empresas no país ou no exterior	99,99	99,99
Alpargatas Imobiliária S.A.	Venda e locação de imóveis próprios e participação em outras empresas no país ou no exterior	99,99	99,99
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha (i)	Importação e comercialização de calçados no mercado europeu	100,00	100,00
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (ii)	Fabricação e comercialização de calçados e produtos têxteis, principalmente no mercado argentino	96,29	78,20
Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. - Osklen	Rede varejista de moda *Premium* com lojas no Brasil e no exterior	60,00	60,00
Alpargatas Asia Ltd. - Hong Kong (v)	Representação comercial da marca Havaianas	100,00	100,00
Alpargatas Colômbia SAS - Colômbia (v)	Importação e comercialização de calçados no mercado colombiano	100,00	100,00
Esportes S.A. (iv)	Fabricação e comercialização de calçados e produtos têxteis, principalmente no mercado argentino	95,00	95,00
Alpargatas India Fashions Private Ltd. (iii)	Importação e comercialização de calçados no mercado indiano	51,00	51,00
Dialog S.A. (ii)	Serviços de logística	7,82	7,82
Alpargatas Trading (Shanghai) Co. Ltd. (v)	Representação comercial da marca Havaianas	100,00	-
Participação indireta (através da Alpargatas Europe S.L.U.): (i)			
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	Importação e comercialização de calçados no mercado norte-americano	100,00	100,00
Alpargatas UK Limited - Reino Unido	Importação e comercialização de calçados no mercado europeu	100,00	100,00
Alpargatas France S.A.R.L. - França		100,00	100,00
Alpargatas Itália S.R.L. - Itália		100,00	100,00
Alpargatas Portugal Limited - Portugal		100,00	100,00
Alpargatas Germany GmbH - Alemanha		100,00	100,00
Alpargatas Greece M.E.P.E. - Grécia		100,00	100,00
Participação indireta (através da Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.):			
Esportes S.A. (iv)	Fabricação e comercialização de calçados e produtos têxteis, principalmente no mercado argentino	5,00	5,00
Alpargatas Imobiliária S.A.	Venda e locação de imóveis próprios e participação em outras empresas no país ou no exterior	0,01	0,01
Participação indireta (através da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina):			
Alpargatas Calzados de Uruguay S.A. (ii)	Comercialização de calçados	100,00	100,00
Dialog S.A. (ii)	Serviços de logística	90,00	90,00

(i) Em junho de 2018 a Alpargatas Europe S.L.U incorporou a Alpargatas International S.L., conforme mencionado na nota explicativa 1.4;

(ii) Em 4 de dezembro de 2018 a Companhia efetuou a alienação de 21,8% de sua participação na Alpargatas S.A.I.C. - Argentina, adicionalmente nesta mesma data a Fibrasil efetuou a alienação de 100% de sua participação na Alpargatas

continua...

... continuação

S.A.I.C. - Argentina, e alienação de 100% de sua participação na Dialog S.A.. Em 27 de dezembro de 2019 o comprador exerceu antecipadamente, em comum acordo com a Companhia, a opção de compra da participação acionária restante da ASAIC. A entrega das ações depende de condições precedentes desse tipo de operação, conforme descrito na nota explicativa 1.3. Ainda nesse contexto, alguns saldos entre a Companhia e a controlada ASAIC foram capitalizados, aumentando dessa forma, o percentual de participação de 78,20 % para 96,29%;

(iii) Em 11 de dezembro de 2018 a Companhia constituiu uma *joint venture* com a Shoezone Lifestyle LLP conforme descrito na nota explicativa 1.6;

(iv) Empresa constituída em 2018 no contexto da transação descrito na nota explicativa 1.3;

(v) Operação iniciada em 2019 conforme descrito na nota explicativa 1.5.

4. INCENTIVOS FISCAIS - SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia goza de subvenções atreladas aos incentivos de ICMS concedidos pelos governos estaduais nas suas principais fábricas, recentemente convalidados nos moldes da Lei Complementar nº 160/17, regulamentada pelo Convênio ICMS nº 190/17, com alterações posteriores. Tais incentivos têm prazo de validade até 2032 por estarem associados a fomento de atividades industriais.

A Companhia também goza de subvenções federais por meio do lucro da exploração na Região da SUDENE, que perdurarão até 2027.

O valor dessas subvenções e incentivos fiscais é demonstrado como segue:

		Controladora e Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018
Subvenção ICMS:			
Paraíba	(i)	143.056	127.586
Pernambuco	(ii)	16.706	14.532
Minas Gerais	(iii)	35.615	29.701
Incentivos de IRPJ:			
Região SUDENE		46.685	45.744
Total		**242.062**	**217.563**

(i) Valores referentes a incentivos no Estado da Paraíba, usufruídos na forma de apuração de crédito presumido de ICMS. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consistiu em ampliar as unidades fabris naquela região, incrementar a produção de pares de calçados e gerar empregos diretos nas fábricas paraibanas.

Adicionalmente, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica "Impostos incidentes sobre as vendas" na demonstração do resultado.

(ii) Valores referentes a incentivos no Estado de Pernambuco, usufruídos na forma de apuração de crédito presumido de ICMS. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em manter uma quantidade mínima de empregos diretos na região e auferir receita bruta mensal de, pelo menos, R$2.500.

(iii) Valores referentes a incentivos no Estado de Minas Gerais, usufruídos na forma de apuração de crédito presumido de ICMS. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste na realização de investimentos, faturamento e geração de empregos diretos na fábrica mineira.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	40.517	36.242	137.933	176.225
Aplicações financeiras:				
Certificados de depósito bancário (CDBs) pós-fixados (i)	365.697	273.900	393.566	285.365
Operações compromissadas pós-fixadas (i)	34.337	56.864	34.337	56.864
Outras aplicações Alpargatas (ii)	-	-	427	328
Total	**440.551**	**367.006**	**566.263**	**518.782**

(i) Em 31 de dezembro de 2019, os CDBs e operações compromissadas da controladora possuíam remuneração média de 100,28% do CDI (99,63% em 31 de dezembro de 2018). Já os prazos de vencimento estão distribuídos entre janeiro de 2020 e janeiro de 2023 com prazo de carência para resgate inferior a três meses e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(ii) Em 31 de dezembro de 2019, a controlada Alpargatas Colombia S.A.S. possuía aplicações representadas por título de renda fixa, com remuneração média de 4,55% a.a., em pesos colombianos, com liquidez diária.

5.2. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, referem-se a certificados de depósito bancário (CDBs) e operações compromissadas pós-fixadas com remuneração média de 98,71% da taxa de juros dos certificados de depósito interbancário (CDI) (100,91% em 31 de dezembro de 2018).

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Certificados de depósito bancário (CDBs) pós-fixados	-	22.156
Certificados de depósito bancário (CDBs) pós-fixados com carência superior a 12 meses (i)	11.689	-
Total	**11.689**	**22.156**
Parcela do circulante	-	**22.156**
Parcela do não circulante	11.689	-

(i) Referem-se às aplicações financeiras com carência superior a 12 meses. Essas aplicações foram realizadas no Banco do Nordeste do Brasil e são objeto de garantia aos empréstimos de FNE realizados nesta mesma instituição financeira. Os vencimentos são em 2022.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber são registradas no balanço pelo valor nominal dos títulos e deduzidas pela provisão para perdas esperadas (*impairment)*, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mercado interno	796.311	739.261	842.913	821.425
Mercado externo (i)	31.194	23.324	88.778	214.543
Partes relacionadas (nota explicativa 21.2)	99.196	111.572	-	-
Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)	(37.938)	(47.739)	(45.558)	(60.406)
Total	**888.763**	**826.418**	**886.133**	**975.562**
Parcela do circulante	**885.918**	**797.589**	**883.288**	**972.499**
Parcela do não circulante	2.845	28.829	2.845	3.063

(i) As contas a receber no mercado externo estão denominadas em dólar norte-americano, euro e outras moedas e convertidos para reais.

6.1. Contas a receber de clientes terceiros por idade de vencimento

Mercado Interno

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	740.094	679.512	778.907	745.799
Vencidas:				
Até 30 dias	20.443	17.413	22.788	24.323
De 31 a 60 dias	2.668	2.059	3.773	3.559
De 61 a 90 dias	3.479	1.054	4.119	2.511
De 91 a 180 dias	4.040	2.405	4.572	4.877
Mais de 181 dias	25.587	36.818	28.754	40.356
Total	**796.311**	**739.261**	**842.913**	**821.425**

Mercado Externo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	25.594	18.106	61.741	170.345
Vencidas:				
Até 30 dias	893	675	14.081	19.127
De 31 a 60 dias	-	13	666	5.756
De 61 a 90 dias	-	7	692	2.723
De 91 a 180 dias	2	-	3.424	6.425
Mais de 181 dias	4.705	4.523	8.174	10.167
Total	**31.194**	**23.324**	**88.778**	**214.543**

6.2. Provisão para perdas esperadas *(Impairment)*

A movimentação da provisão para perdas esperadas (*impairment*) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**(43.441)**	**(48.320)**
Adoção inicial IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018	(5.836)	(6.675)
Adições	(5.651)	(17.678)
Baixas e outros movimentos	7.189	12.267
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**(47.739)**	**(60.406)**

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**(47.739)**	**(60.406)**
Adições e reversões	(6.164)	(11.676)
Baixa e outros movimentos	15.965	22.283
Reclassificação para ativo mantido para venda	-	4.241
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**(37.938)**	**(45.558)**

Adições e reversões da provisão para perdas esperadas *(impairment)* são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado.

A composição por idade de vencimento das contas a receber de clientes incluídas na provisão de créditos para perdas esperadas (*impairment*) está demonstrada a seguir:

Mercado Interno

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	(5.231)	(6.305)	(5.230)	(6.305)
Vencidas:				
Até 30 dias	(1.335)	(909)	(1.454)	(1.055)
De 31 a 60 dias	(489)	(473)	(548)	(503)
De 61 a 90 dias	(1.221)	(318)	(1.247)	(337)
De 91 a 180 dias	(1.814)	(837)	(1.875)	(916)
Mais de 181 dias	(23.143)	(34.374)	(24.929)	(35.597)
Total	**(33.233)**	**(43.216)**	**(35.283)**	**(44.713)**

Mercado Externo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Vencidas:				
Até 30 dias	-	-	(1.038)	(75)
De 31 a 60 dias	-	-	(81)	(571)
De 61 a 90 dias	-	-	(199)	(810)
De 91 a 180 dias	-	-	(783)	(4.070)
Mais de 181 dias	(4.705)	(4.523)	(8.174)	(10.167)
Total	**(4.705)**	**(4.523)**	**(10.275)**	**(15.693)**
Total Geral	**(37.938)**	**(47.739)**	**(45.558)**	**(60.406)**

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado nos quadros acima. De acordo com a política de cobrança, os títulos em atraso precisam receber alguma tratativa em até 45 dias e, caso não haja uma evolução positiva na negociação em até 90 dias, estes são encaminhados para assessoria de cobrança externa ou para cobrança judicial.

As provisões para perdas esperadas *(impairment)* são reconhecidas de acordo com as normas do CPC48/IFRS 9, com base nos percentuais históricos de perda, segregados por categoria de clientes e de acordo com o *aging* da carteira. Para títulos vencidos acima de 180 dias, os valores são provisionados integralmente, com exceção de casos específicos no qual é feita uma avaliação individual em que são analisadas as garantias reais ou renegociações já aprovadas pela Administração, o valor desses casos em 31 de dezembro de 2019 era de R$2.444 na controladora e R$3.825 no consolidado (em 31 de dezembro de 2018 era de R$2.444 na controladora e R$4.759 no consolidado).

Na Companhia, as vendas para os clientes terceiros no mercado externo são realizadas mediante pagamento antecipado, carta de crédito ou garantias específicas e poderão ser aprovadas pela administração algumas exceções. As operações cujos vencimentos ultrapassam 180 dias têm constituição de provisão para 100% do saldo. Os clientes das Controladas que atuam no exterior são classificados como mercado externo e seguem os mesmos critérios de provisionamento descritos no parágrafo anterior.

As negociações entre partes relacionadas possuem prazos definidos de acordo com o ciclo de conversão de caixa de cada mercado, mas, em alguns casos, a Administração concede prazos adicionais para garantir a liquidez de caixa.

7. ESTOQUES

São registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido e por eventuais perdas, quando aplicável.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados	241.188	256.827	399.456	464.445
Produtos em processo	32.138	25.150	32.422	40.557
Matérias-primas	152.791	116.090	153.183	132.061
Importações em andamento	79.115	31.368	79.754	69.292
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (i)	-	-	-	15.524
Outros	2.298	2.199	9.965	8.451
Total	**507.530**	**431.634**	**674.780**	**730.330**

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os saldos foram reclassificados para o grupo de ativo mantido para venda (nota explicativa 11) tendo em vista a operação realizada conforme descrito na nota explicativa 1.3.

A movimentação da provisão para perdas nos estoques dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 està demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**(6.230)**	**(11.508)**
Adições e reversões	(35.062)	(38.728)
Baixas/ Variação Cambial	13.330	8.564
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**(27.962)**	**(41.672)**

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**(27.962)**	**(41.672)**
Adições e reversões	1.291	2.431
Baixas/Variação Cambial (i)	3.640	4.888
Reclassificação ativo mantido para venda	-	5.625
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**(23.031)**	**(28.728)**

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas efetuaram a liquidação de produtos fora de linha e de coleções antigas, por isso houve uma queda no saldo de provisão.

A Companhia constitui provisão para perdas nos estoques com base no giro e tempo de vida das coleções desses estoques, na linha de produto e no tempo em que o produto está fora de linha. Adicionalmente, a Companhia efetua avaliação periódica e plano de ação para realização de itens obsoletos.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	-	-	5	305
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	275	918	1.119	1.740
Imposto Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	7.725	4.454	7.725	7.631
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	212	48	212	48
PIS e COFINS a compensar (i)	279.973	198.792	297.104	198.792
INSS a Recuperar	18.923	12.496	18.923	12.496
Reintegração de impostos - Plano Brasil Maior	441	2.173	441	2.173
Recuperação de crédito CPBR	-	12.098	-	12.098
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha:				
Imposto sobre Valor Adicionado (IVA)	-	-	3.463	2.957
Antecipações de imposto de renda	-	-	22.077	16.911
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina(ii)				
Imposto sobre Valor Adicionado (IVA)	-	-	-	5.601
Antecipações de imposto de renda	-	-	-	2.823
Impostos de exportação	-	-	-	2.345
Crédito tributário IIBB	-	-	-	14.874
Alpargatas Colômbia SAS - Colômbia				
Imposto sobre Valor Adicionado (IVA)	-	-	3.888	2.370
Antecipações de imposto de renda	-	-	245	-
Outros	3.004	2.259	5.397	2.659
Total	**310.553**	**233.238**	**360.599**	**285.823**
Parcela do circulante	26.987	43.118	59.762	85.544
Parcela do não circulante	283.566	190.120	300.837	200.279

(i) Refere-se principalmente ao êxito em ação judicial que questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS no montante de R$264.221 na controladora e de R$281.342 no consolidado, conforme descrito na nota explicativa 22.3, cuja liquidação judicial já foi iniciada. A Companhia tem expectativa de realização desses saldos nos próximos cinco anos.

(ii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os saldos foram reclassificados para o grupo de ativo mantido para venda (nota explicativa 11) tendo em vista a operação realizada conforme descrito na nota explicativa 1.3.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

9.1. Diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os montantes são calculados com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços.

As origens estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo				
Provisão para perdas esperadas *(Impairment)*	5.435	16.067	6.808	18.058
Provisão para perdas nos estoques, incluindo impostos	9.261	11.575	9.633	19.260
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8.304	7.709	8.304	10.546
Provisão para plano de incentivo de longo prazo	19.115	2.510	20.898	3.401
Provisão para perda no valor recuperável do imobilizado *(impairment)*	2.261	837	2.261	837
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	2.380	2.694	2.380	2.694
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	-	-	15.042	15.935
Valor justo de instrumento financeiro derivativo	459	1.793	459	1.793
Redução ao valor recuperável de ágio Osklen (iii)	-	43.805	-	43.805
Ajuste a valor presente - Lei nº 11.638	832	463	1.531	985
Impostos diferidos sobre lucros não realizados	-	-	7.263	6.392
Outras diferenças temporárias	9.886	9.605	15.969	16.867
Total de créditos fiscais brutos	**57.933**	**97.058**	**90.548**	**140.573**
Passivo				
Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente (i)	18.248	17.466	18.248	17.466
Valor justo de instrumento financeiro derivativo	-	154	-	154
Variação monetária de depósitos judiciais	3.936	7.644	3.936	7.644
Ajuste a valor presente sobre obrigações renegociadas e diferença fiscal na valorização de bens do ativo imobilizado	-	-	-	3.365
Ajuste de hiperinflação (IAS 29) (iv)	-	-	-	19.823
Valor justo decorrente de combinação de negócios (ii)	-	-	60.910	64.074
Total de débitos fiscais brutos	**22.184**	**25.264**	**83.094**	**112.526**
Total de créditos fiscais, líquidos	**35.749**	**71.794**	**7.454**	**28.047**
Tributos diferidos ativos	35.749	71.794	56.371	98.650
Tributos diferidos passivos	-	-	48.917	70.603
Total de créditos fiscais, líquidos	**35.749**	**71.794**	**7.454**	**28.047**

(i) A Companhia aproveita o benefício fiscal do ágio gerado na aquisição da controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias, com amortização mensal de R$192, de fevereiro de 2015 até janeiro de 2020, com impacto tributário de R$65 ao mês para fins de IRPJ e CSLL.

(ii) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos passivos apurados sobre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos quando da aquisição do controle da Osklen. A reversão do passivo ocorre à medida que os intangíveis com vida útil definida são amortizados.

(iii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia efetuou a reversão do ativo fiscal diferido sobre o *impairment* do investimento na Osklen, tendo em vista que passou a não possuir planos de realização do investimento que viabilizasse a utilização desse ativo e consequentemente do ágio no curto prazo.

(iv) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os saldos foram reclassificados para o grupo de ativo mantido para venda (nota explicativa 11) tendo em vista a operação realizada conforme descrito na nota explicativa 1.3

Os créditos tributários diferidos no consolidado possuem os seguintes prazos estimados de realização:

	31/12/2019
2020	16.797
2021	16.797
2022	18.766
2023	18.766
2024 a 2029	19.422
Total - Consolidado	**90.548**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui crédito tributário sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, gerados por suas controladas no exterior. O valor do crédito tributário, não reconhecido contabilmente, calculado às alíquotas vigentes nos respectivos países está demonstrado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	86.024	75.705
Osklen USA Holding Corp - Estados Unidos	16.908	14.125
Osklen - Brasil	375	-
Alpargatas S.A.I.C - Argentina	-	28.716
Alpargatas India Fashions Private Ltd. - Índia	1.264	-
Total de crédito tributário não constituído	**104.571**	**118.546**

O crédito tributário sobre os prejuízos fiscais gerados por controladas nos Estados Unidos tem prazo de 20 anos para ser compensado (data de expiração).

A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**95.382**	**50.489**
Efeitos no resultado	(25.610)	(18.849)
Efeito no patrimônio líquido	2.022	2.022
Variação cambial e outros movimentos	-	4.070
Resultado de operação descontinuada	-	(9.685)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**71.794**	**28.047**

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**71.794**	**28.047**
Efeitos no resultado	(36.045)	(25.274)
Variação cambial e outros movimentos	-	(264)
Resultado de operação descontinuada	-	4.945
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**35.749**	**7.454**

9.2. Correntes

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	372.808	387.163	427.493	533.845
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente	(126.755)	(131.635)	(145.348)	(181.507)
Resultado de equivalência patrimonial	(19.973)	(61.751)	-	-
Benefício dos juros sobre o capital próprio	-	37.604	-	37.604
Subvenção para investimento - ICMS	66.428	57.947	66.428	57.947
Subvenção fiscal federal - IRPJ	42.558	40.699	42.558	40.699
Benefício Pesquisa e Desenvolvimento	5.459	2.700	5.459	2.700
Prejuízo fiscal não constituído e ajuste de equalização de taxas de controladas	-	-	(11.053)	(14.163)
Impaiment ágio Argentina	(24.816)	-	(24.816)	-
Impaiment ágio Osklen	(43.805)	-	(43.805)	-
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	2.201	(1.226)	(933)	(4.149)
Total de despesa com imposto de renda e contribuição social	**(98.703)**	**(55.662)**	**(111.510)**	**(60.869)**
Correntes	(62.658)	(30.052)	(86.236)	(42.020)
Diferidos	(36.045)	(25.610)	(25.274)	(18.849)
Alíquota efetiva	26%	14%	26%	11%

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Processos tributários	24.067	39.670	24.067	39.670
Processos cíveis	322	310	322	316
Reclamações trabalhistas	3.737	2.835	5.078	4.336
	28.126	**42.815**	**29.467**	**44.322**

Os depósitos judiciais, que não envolvem obrigações correntes, foram necessários para dar andamento a certos processos. Na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda não é considerada como provável e, portanto, não foi constituída provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, no tocante a tais processos.

11. ATIVO MANTIDO PARA VENDA

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.3, em 27 de dezembro de 2019 o comprador exerceu antecipadamente, a opção de compra da participação acionária restante da ASAIC. Por isso os saldos dos ativos e passivos dessa operação estão sendo apresentados como ativo e passivo de operações mantidas para venda.

Adicionalmente, tendo em vista que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (CPC 42/IAS 29) passou a ser requerida, por isso os ativos, passivos, patrimônio líquido e a demonstração do resultado que foram corrigidos pelo índice de inflação e, posteriormente convertidos à taxa de fechamento de 31 de dezembro de 2019.

Os principais saldos estão demonstrados a seguir:

Ativo	31/12/2019
Caixa	6.214
Clientes	170.686
Estoques com ajuste de inflação	80.826
Imposto diferido	21.439
Ativo permanente com ajuste de inflação	47.533
Outros com ajuste de inflação	42.400
Eliminações	(1.279)
Ativo mantido para venda	**367.819**
Passivo	
Fornecedores	117.167
Empréstimos e financiamentos	38.710
Demais passivos	63.992
Eliminações	(5.878)
Passivos relacionados ao ativo mantido para venda	**213.991**
Patrimônio líquido	153.828
Total do passivo e patrimônio líquido relacionados ao ativo mantido para venda	**367.819**

Na Controladora o valor de R$ 150.584 é composto pelo investimento de R$ 142.379, correspondente a 96,29% de participação na ASAIC, pelo saldo do ágio alocado nesse investimento de R$ 2.292, pelo investimento na controlada Dialog de R$ 35, correspondente a 7,82% de participação e por contas a receber junto a ASAIC de R$ 5.878, que serão capitalizados antes da baixa do investimento.

As receitas e despesas destas operações foram classificadas como operação descontinuada, impactando o segmento de negócio "Operações internacionais".

O resultado das operações da ASAIC nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	535.330	524.292
Custo	(423.063)	(465.292)
Lucro Bruto	**112.267**	**59.000**
Despesas operacionais liquidas	(114.044)	(142.156)
Resultado financeiro	(148.263)	(103.914)
Imposto de renda e contribuição social	2.512	(16.703)
Efeito financeiro líquido da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	90.880	54.838
(Prejuízo) do exercício das operações descontinuadas - Atribuível aos sócios da empresa controladora	**(56.648)**	**(148.935)**

Os principais efeitos no fluxo de caixa da ASAIC no exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo das operações descontinuadas	(56.648)	(148.934)
Depreciação e amortização	7.025	4.955
Resultado na venda/baixa de bens	9.768	2.247
Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	42.024	26.728
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	2.077	2.969
Provisão para perdas nos estoques	452	2.076
Provisão de juros - IFRS 16	2.739	-
Depreciação de direito de uso - IFRS 16	3.688	-
Provisão para reestruturação	-	35.521
Provisão para perda esperada (*impairment*)	883	8.606
Outros itens de ajuste do prejuízo	(32.984)	(8.092)
Aumento e redução dos ativos e passivos, líquido	27.973	(101.559)
Fluxo das atividades operacionais	**6.997**	**(175.483)**
Aquisições de imobilizado e intangível	(903)	(1.809)
Fluxo das atividades de investimento	**(903)**	**(1.809)**
Captação empréstimos e financiamentos	226.842	422.932
Amortização empréstimos e financiamentos - Principal	(231.795)	(247.071)
Reestruturação de Dívida de controlada	(1.583)	(6.576)
Pagamento de Principal Arrendamento Mercantil - IFRS 16	(2.874)	-
Pagamento de Juros Arrendamento Mercantil - IFRS 16	(2.739)	-
Fluxo das atividades de financiamento	**(12.149)**	**169.285**
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(6.055)**	**(8.007)**

12. INVESTIMENTOS

Estão representados a seguir:

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Investimentos	296.371	292.753
Ágio	48.287	123.569
	344.658	**416.322**

A movimentação dos investimentos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 está demonstrada a seguir:

	Controladas											
	Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	Alpargatas Europe S.L.U.	Alpargatas Imobiliária S.A.	Alpargatas S.A.I.C. Argentina	Alpargatas Colômbia SAS	Terras de Avent.Ind. de Art. Esportivos S.A. - Osklen	Alpargatas Asia Ltd. (Hong Kong)	Esportes S.A. (Argentina)	Alpargatas India Fashion Private Ltd.	Dialog S.A. Argentina	Alpargatas Trading (Shanghai) Co. Ltd. (China)	Total Controladas
Informações em 31 de dezembro de 2019												
Número de ações ou cotas possuídas	5.978.751	57.834.570	10.296.176	403.138.048	19.056.969	53.264.602	1	95.000	70.939.200	140.760	1	
Total do ativo circulante	5.151	391.617	20.083	285.670	19.325	191.037	10.048	7	10.173	-	743	
Total do ativo não circulante	-	178.169	18.677	83.428	16.766	349.365	1.289	-	1.411	-	73	
Total do passivo circulante	1	355.016	2.076	191.862	9.004	169.282	2.758	-	1.589	-	2.264	
Total do passivo não circulante	-	101.936	-	28.007	7.540	168.073	-	-	-	-	-	
Capital social	5.979	453	10.296	204.161	35.112	97.270	29.230	7	13.606	-	818	
Participação de não controladores	-	-	-	45	-	81.219	-	-	4.897	-	-	
Patrimônio líquido controladores	5.150	112.834	36.684	149.184	19.547	121.828	8.579	7	5.098	-	(1.448)	
Lucro não realizado nos estoques/Ganho não realizado venda ativo	-	(11.429)	-	(1.270)	(1.573)	(1.097)	-	-	-	-	-	
	5.150	101.405	36.684	147.914	17.974	120.731	8.579	7	5.098	-	(1.448)	
Receita líquida do exercício	-	553.549	83	553.737	10.895	282.380	-	-	1.819	-	-	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	173	(3.029) (i)	23.996	(65.420) (ii)	(8.232) (iii)	3.202 (iv)	(15.047)	-	(3.653)	2	(2.274)	
Participação %	100,00	100,00	100,00	96,29	100,00	60,00	100,00	95,00	51,00	7,82	100,00	
Valor contábil dos investimentos:												
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**4.977**	**104.082**	**12.688**	**41.230**	**11.837**	**112.273**	**2.739**	**10**	**2.880**	**37**	**-**	**292.753**
Aumento/ Aporte de capital	-	-	-	172.822 (vii)	14.328	10.237 (vii)	20.381	-	4.067	-	836	222.671
Resultado de equivalência patrimonial	173	(6.730) (i)	23.996	(50.943) (ii)	(8.047) (iii)	2.078 (iv)	(15.047)	-	(1.948)	(2)	(2.274)	(58.744)
Variação cambial dos investimentos	-	3.547	-	9.664	(144)	(4.002)	506	(3)	99	(14)	(15)	9.638
Perda na mudança de participação societária	-	-	-	(11.777)	-	-	-	-	-	-	-	(11.777)
Plano de opções de ações	-	1.249	-	-	-	145	-	-	-	-	-	1.394
Ajuste de Inflação	-	-	-	(18.617)	-	-	-	-	-	14	-	(18.603)
Reclassificação para ativo mantido para venda	-	-	-	(142.379)	-	-	-	-	-	(35)	-	(142.414)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**5.150**	**102.148**	**36.684**	**-**	**17.974**	**120.731** (v)	**8.579**	**7**	**5.098**	**-**	**(1.453)** (vi)	**294.918**

(i) A diferença de R$(3.701) entre o lucro da Alpargatas Europe S.L.U. e a equivalência patrimonial do exercício refere-se ao lucro não realizado nos estoques da controlada.

(ii) A diferença de R$272 entre o lucro da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina e a equivalência patrimonial no exercício refere-se ao lucro não realizado nos estoques da controlada.

(iii) A diferença de R$185 entre o lucro da Alpargatas Colombia e a equivalência patrimonial no período refere-se ao lucro não realizado nos estoques da controlada.

(iv) A diferença de R$157 entre o lucro da Terras de Aventura e a equivalência patrimonial no período refere-se ao lucro não realizado na venda de ponto comercial para a controlada

(v) Em 31 de dezembro de 2019, o valor referente a mais valia de ativos e passivos da Terras de Avent. Ind. de Art. Esportivos S.A. - Osklen era de R$67.257 (R$70.005 em 31 de dezembro de 2018).

(vi) O saldo de patrimônio liquido negativo que está classificado no passivo não circulante no grupo de "outras obrigações".

(vii) Saldo capitalizado com o contas a receber que a Companhia possuia junto a controlada, por isso não teve efeito no caixa.

	Controladas Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	Alpargatas Europe S.L.U.	Alpargatas Imobiliária S.A.	Alpargatas S.A.I.C. Argentina	Alpargatas Colômbia SAS	Terras de Avent. Ind. de Art. Esportivos S.A. - Osklen	Alpargatas Asia Ltd. (Hong Kong)	Esportes S.A. (Argentina)	Alpargatas India Fashion Private Ltd.	Dialog S.A. Argentina	Total Controladas
Informações em 31 de dezembro de 2018											
Número de ações ou cotas possuídas	5.978.752	57.834.570	10.296.176	403.138.048	18.000.000	53.264.602	1	95.000	51.945.647	140.760	
Total do ativo circulante	3.742	280.946	9.542	343.268	17.994	166.570	2.739	10	5.646	-	
Total do ativo não circulante	1	49.629	3.234	117.858	5.874	231.118	-	-	-	-	
Total do passivo circulante	(1.234)	217.520	88	279.837	10.405	154.216	-	-	-	-	
Total do passivo não circulante	-	1.042	-	132.790	-	54.259	-	-	-	-	
Capital social	5.979	444	10.296	52.944	20.373	80.209	7.766	10	5.646	-	
Participação de não controladores	-	-	-	47	-	75.685	-	-	2.766	-	
Patrimônio líquido controladores	4.977	112.013	12.688	48.452	13.463	113.528	2.739	10	2.880	-	
Lucro não realizado nos estoques/ Ganho não realizado venda ativo	-	(7.931)	-	(1.596)	(1.626)	(1.255)	-	-	-	-	
	4.977	104.082 (i)	12.688	46.856	11.837	112.273	2.739	10	2.880	-	
Receita líquida do exercício	-	508.816	109	535.464	2.309	246.566	-	-	-	-	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.314)	(4.163)	753	(160.726) (ii)	(7.477) (iii)	(10.383) (iv)	(5.005)	-	-	-	
Participação %	100,00	100,00	100,00	78,20	100,00	60,00	100,00	95,00	51,00	7,82	
Valor contábil dos investimentos:											
Saldo em 1º de janeiro de 2018	**3.635**	**92.017**	**11.935**	**187.583**	**-**	**115.431**	**-**	**-**	**-**	**-**	**410.601**
Aumento/ Aporte de capital	-	-	-	-	20.599	-	7.084	15	2.714	41	30.453
Resultado de equivalência patrimonial	(4.314)	(1.859) (i)	753	(156.330) (ii)	(8.944) (iii)	(5.916) (iv)	(5.005)	-	-	(6)	(181.621)
Variação cambial dos investimentos	4.203	13.924	-	(36.758)	182	3.486	660	(5)	166	2	(14.140)
Ajuste de Inflação	-	-	-	57.932	-	-	-	-	-	-	57.932
Venda de participação Argentina	-	-	-	(11.197)	-	-	-	-	-	-	(11.197)
Compra participação controlada - Dialog	1.453	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.453
Ajuste IFRS 9	-	-	-	-	-	(728)	-	-	-	-	(728)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**4.977**	**104.082**	**12.688**	**41.230**	**11.837**	**112.273** (v)	**2.739**	**10**	**2.880**	**37**	**292.753**

(i) A diferença de R$2.304 entre o lucro da Alpargatas Europe S.L.U. e a equivalência patrimonial no período refere-se ao lucro não realizado nos estoques da controlada.

(ii) A diferença de R$4.396 entre o lucro da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina e a equivalência patrimonial no período refere-se ao lucro não realizado nos estoques e a mudança de participação da controlada.

(iii) A diferença de R$(1.467) entre o lucro da Alpargatas Colômbia e a equivalência patrimonial no período refere-se ao lucro não realizado nos estoques da controlada.

(iv) A diferença de R$314 entre o lucro da Terras de Aventuras e a equivalência patrimonial no período refere-se ao lucro realizado na venda de ponto comercial para a controlada.

(v) Em 31 de dezembro de 2018, o valor referente a mais valia de ativos e passivos da Terras de Avent. Ind. de Art. Esportivos S.A. - Osklen era de R$70.005 (R$74.204 em 31 de dezembro de 2017).

continua...

...continuação

12.1 Teste de redução ao valor recuperável das UGC's *(impairment)*

Alpargatas S.A.I.C

No segundo trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia identificou indícios de desvalorização da unidade geradora de caixa (UGC) ASAIC e procedeu com o teste de *impairment* dessa UGC. Os principais indícios considerados foram a constante deterioração do ambiente macroeconômico da Argentina, sem perspectiva de melhora no curto e médio prazo, alta da taxa inflação e juros, e queda do poder aquisitivo da população do país.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em foram os seguintes:

	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Taxa de desconto (%)	59,58	45,25	37,54	37,54	37,54
Taxa de crescimento estimado para resultado operacional (%)	-	10,60	28,00	19,70	20,00

As taxas de desconto utilizadas foram calculadas antes dos impostos considerando o método do Custo Médio Ponderado de Capital ("*Weighted Average Cost of Capital* - WACC"), que considera custos do capital próprio e da dívida. O custo do capital próprio foi calculado através do método "*Capital Asset Pricing Model* - CAPM", utilizando valores e premissas alinhadas com as práticas de mercado para esses cálculos e considerando as particularidades dessa UGC.

As projeções de fluxo de caixa incluíram estimativas específicas até 2022 (data limite do exercício da opção de compra e de venda da participação da Companhia no capital a ASAIC).

O lucro operacional foi projetado com base no desempenho passado e premissas macroeconômicas e refletiam as expectativas da Administração em relação ao desempenho da operação. As taxas de crescimento utilizadas foram consistentes com as previsões de relatórios de mercado e da Administração.

O teste da Companhia resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável para a UGC "Argentina", no montante de R$ 72.989. Esta perda foi inteiramente alocada ao ágio e foi incluída em "Outras despesas", conforme nota explicativa 27.

Em dezembro de 2019 o Comprador exerceu antecipadamente, a opção de compra da ASAIC, conforme descrito na nota explicativa 1.3. O valor de venda foi superior ao valor do investimento líquido, por isso não foi registrado nenhum valor adicional de *impairment*.

Demais UGCs

Para fins de teste de redução de valor recuperável, o ágio foi alocado para as unidades geradoras de caixa (UGCs) nos respectivos segmentos de negócios como segue:

	Consolidado	
	2019	2018
Operações nacionais:		
Brasil (Sandálias)	53.862	53.862
Osklen	48.287	48.287
	102.149	102.149

O valor recuperável das UGCs foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2019 para as UGCs são conforme segue:

	UGCs	
	Brasil	Osklen
Taxa de desconto	9,2%	9,1%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,5%	3,5%
Taxa de crescimento estimado para Resultado operacional (CAGR 20-29)	13,8%	16,1%

As taxas de desconto utilizadas foram calculadas antes dos impostos considerando o método do Custo Médio Ponderado de Capital ("*Weighted Average Cost of Capital* - WACC"), que considera custos do capital próprio e da dívida. O custo do capital próprio foi calculado através do método "*Capital Asset Pricing Model* - CAPM", utilizando valores e premissas alinhadas com as práticas de mercado para esses cálculos e considerando as particularidades de cada UGC.

As projeções de fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e taxas de crescimento na perpetuidade após este período. A Administração acredita que a taxa de crescimento na perpetuidade utilizada está em linha com a premissa que participantes do mercado utilizariam.

O lucro operacional foi projetado com base no desempenho passado, premissas macroeconômicas de PIB e inflação ajustadas pelo crescimento previsto de vendas e expectativas de desenvolvimento dos mercados. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor.

13. IMOBILIZADO

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, que inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

	Taxa média de Depreciação % a.a.	Controladora 31/12/2019 Custo	Depreciação acumulada (i)	Liquido	31/12/2018 Custo	Depreciação acumulada (i)	Líquido
Terrenos	-	10.321	-	10.321	10.321	-	10.321
Edifícios e construções	3	374.217	(113.748)	260.469	365.741	(107.026)	258.715
Máquinas e equipamentos	8	551.909	(258.685)	293.224	530.365	(251.709)	278.656
Móveis e utensílios	10	54.783	(34.046)	20.737	50.813	(31.095)	19.718
Veículos	10	7.388	(5.770)	1.618	7.091	(5.383)	1.708
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	34.969	(11.769)	23.200	38.349	(24.912)	13.437
Projetos em andamento	-	82.193	-	82.193	47.598	-	47.598
Outros imobilizados	10	797	-	797	3.712	-	3.712
Provisão para perdas *("impairment")* (ii)	-	(6.650)	-	(6.650)	(2.461)	-	(2.461)
Total		1.109.927	(424.018)	685.909	1.051.529	(420.125)	631.404

	Taxa média de Depreciação % a.a.	Consolidado 31/12/2019 Custo	Depreciação acumulada (i)	Liquido	31/12/2018 Custo	Depreciação acumulada (i)	Líquido
Terrenos	-	10.321	-	10.321	10.997	-	10.997
Edifícios e construções	3	375.694	(114.700)	260.994	402.118	(134.066)	268.052
Máquinas e equipamentos	8	559.679	(264.485)	295.194	596.124	(305.718)	290.406
Móveis e utensílios	10	83.164	(53.454)	29.710	89.908	(59.327)	30.581
Veículos	10	7.906	(6.217)	1.689	8.038	(6.313)	1.725
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	125.190	(67.778)	57.412	121.626	(73.870)	47.756
Projetos em andamento	-	84.738	-	84.738	51.205	-	51.205
Outros imobilizados	10	2.694	-	2.694	10.032	-	10.032
Provisão para perdas *("impairment")* (ii)	-	(6.650)	-	(6.650)	(2.461)	-	(2.461)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (iii)	-	-	-	-	68.404	(5.975)	62.429
Total		1.242.736	(506.634)	736.102	1.355.991	(585.269)	770.722

(i) A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem.

(ii) Refere-se à provisão para perdas de ativos das fábricas sem utilização ou obsoletos.

(iii) Saldo reclassificado para o grupo de ativo mantido para venda, conforme descrito na nota explicativa 11.

A movimentação dos saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e de 2018 está demonstrada a seguir:

Controladora	31/12/2018	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Outras movimentações	31/12/2019
Imobilizado							
Terrenos	10.321	-	-	-	-	-	10.321
Edifícios e construções	258.715	-	11.538	(9.688)	(96)	-	260.469
Máquinas e equipamentos	278.656	-	51.824	(34.836)	(2.351)	(69)	293.224
Móveis e utensílios	19.718	-	5.082	(3.921)	(149)	7	20.737
Veículos	1.708	-	372	(445)	(20)	3	1.618
Benfeitorias em imóveis de terceiros	13.437	-	17.684	(4.422)	(3.499)	-	23.200
Projetos em andamento	47.598	126.038	(91.443)	-	-	-	82.193
Outros imobilizados	3.712	-	-	-	(3.643)	728	797
Provisão para perdas *("impairment")*	(2.461)	-	-	-	-	(4.189)	(6.650)
Total	631.404	126.038	(4.943)	(53.312)	(9.758)	(3.520)	685.909

Controladora	31/12/2017	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Outras movimentações	31/12/2018
Imobilizado							
Terrenos	10.321	-	-	-	-	-	10.321
Edifícios e construções	259.974	-	8.439	(9.698)	-	-	258.715
Máquinas e equipamentos	275.326	-	36.696	(32.910)	(539)	83	278.656
Móveis e utensílios	19.515	-	3.977	(3.578)	(196)	-	19.718
Veículos	2.416	-	38	(736)	(10)	-	1.708
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8.705	-	7.542	(2.713)	(97)	-	13.437
Projetos em andamento	51.711	52.559	(56.672)	-	-	-	47.598
Outros imobilizados	5.525	-	-	-	(2.484)	671	3.712
Provisão para perdas *("impairment")*	(11.772)	-	-	-	-	9.311	(2.461)
Total	621.721	52.559	20	(49.635)	(3.326)	10.065	631.404

Consolidado	31/12/2018	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Variação cambial/ Outras movimentações	Reclassificação (v)	31/12/2019
Imobilizado								
Terrenos	10.997	-	-	-	(514)	(132)	(30)	10.321
Edifícios e construções	268.052	-	11.344	(10.227)	(5.011)	(1.460)	(1.704)	260.994
Máquinas e equipamentos	290.406	-	53.427	(37.211)	(6.603)	(1.410)	(3.415)	295.194
Móveis e utensílios	30.581	-	11.740	(7.772)	(422)	(3.415)	(1.002)	29.710
Veículos	1.725	-	1.970	(469)	(26)	(1.425)	(86)	1.689
Benfeitoria em imóveis de terceiros	47.756	-	25.906	(12.917)	(4.760)	1.241	186	57.412
Projetos em andamento (ii)	51.205	148.054	(115.496)	-	-	991	(16)	84.738
Outros imobilizados	10.032	-	(3.142)	-	(3.643)	(10)	(543)	2.694
Provisão para perdas *("impairment")* (iii)	(2.461)	-	-	-	-	(4.189)	-	(6.650)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)(iv)	62.429	-	-	(4.611)	(20.201)	3.306	(40.923)	-
Total	770.722	148.054	(14.251)	(73.207)	(41.180)	(6.503)	(47.533)	736.102

Consolidado	31/12/2017	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Variação cambial/ Outras movimentações	31/12/2018
Imobilizado							
Terrenos	11.715	-	-	-	(147)	(571)	10.997
Edifícios e construções	280.030	-	8.519	(10.382)	(1.140)	(8.975)	268.052
Máquinas e equipamentos	296.392	-	37.117	(35.670)	(926)	(6.507)	290.406
Móveis e utensílios	31.043	-	5.824	(9.292)	(815)	3.821	30.581
Veículos	2.461	-	38	(761)	(10)	(3)	1.725
Benfeitoria em imóveis de terceiros	46.114	-	12.312	(10.820)	(1.082)	1.232	47.756
Projetos em andamento (ii)	55.032	66.740	(66.464)	-	-	(4.103)	51.205
Outros imobilizados	10.630	-	-	-	(2.484)	1.886	10.032
Provisão para perdas *("impairment")* (iii)	(11.772)	-	-	-	-	9.311	(2.461)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	-	(5.975)	-	68.404	62.429
Total	721.645	66.740	(2.654)	(72.900)	(6.604)	64.495	770.722

(i) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica "Projetos em andamento" para as correspondentes contas definitivas do "Imobilizado", quando do encerramento dos projetos.

(ii) Os saldos registrados na rubrica "Projetos em andamento" referem-se aos projetos: (1) melhorias e modernização das fábricas, com investimentos de aproximadamente R$47.626; (2) diversas melhorias e expansão do processo fabril, com investimentos de aproximadamente R$11.499; (3) melhorias na infraestrutura e sistemas de TI, com investimentos de aproximadamente R$ 10.164; e (4) demais projetos R$15.449.

(iii) Refere-se à provisão para perdas de ativos do escritório e das fábricas, sem utilização ou obsoletos.

(iv) Saldo reclassificado para o grupo de ativo mantido para venda, conforme descrito na nota explicativa 11.

14. INTANGÍVEL

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados quando: os benefícios futuros são prováveis; podem ser mensurados de forma confiável; e são identificáveis. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo deduzido da amortização e de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável *(impairment)*.

	Taxa média de Amortização % a.a.	Controladora 31/12/2019 Custo	Amortização acumulada	Líquido	31/12/2018 Custo	Amortização acumulada	Líquido
Com vida útil definida:							
Sistemas de gestão empresarial (i)	10	207.622	(176.457)	31.165	201.187	(165.283)	35.904
Carteira de clientes	20	27.311	(27.311)	-	27.311	(27.311)	-
Cessão de direitos comerciais (ii)	8	-	-	-	10.915	(1.456)	9.459
Sem vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	-	1.027	-	1.027	1.027	-	1.027
Ágio na aquisição de controlada incorporada	-	53.862	-	53.862	53.862	-	53.862
Projetos em andamento	-	21.826	-	21.826	6.204	-	6.204
Total		311.648	(203.768)	107.880	300.506	(194.050)	106.456

	Taxa média de Amortização % a.a.	Consolidado 31/12/2019 Custo	Amortização acumulada	Líquido	31/12/2018 Custo	Amortização acumulada	Líquido
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	10	43.812	(43.812)	-	17.741	(17.741)	-
Sistemas de gestão empresarial (i)	15	233.501	(189.809)	43.692	221.701	(175.402)	46.299
Cessão de direitos comerciais (ii)	20	-	-	-	90.652	(18.000)	72.652
Carteira de clientes	10	45.992	(45.992)	-	46.471	(44.339)	2.132
Acordo de não competição	20	20.850	(20.850)	-	20.850	(17.190)	3.660
Sem vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	-	144.408	-	144.408	143.925	-	143.925
Ágio na aquisição de controladas (iii)	-	104.442	-	104.442	177.431	-	177.431
Projetos em andamento	-	21.826	-	21.826	6.204	-	6.204
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (iv)	-	-	-	-	1.264	(243)	1.021
Total		614.831	(300.463)	314.368	726.239	(272.915)	453.324

(i) Referem-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial, tais como SAP/R3, Plataforma ALPA ONE e LINX, e pelos custos incorridos no projeto de gestão da cadeia de valor.

(ii) Referem-se aos valores pagos na aquisição de direitos de uso dos pontos comerciais em que se localizam determinadas lojas Havaianas e Osklen (consolidado). A partir de 2017 o custo de aquisição passou a ser amortizado pelo prazo contratual remanescente acrescido da expectativa de renovação. Em 2019, esses valores foram transferidos para o grupo de "Direito de uso" de acordo com o IFRS 16 conforme nota explicativa 15.

(iii) Referem-se aos ágios de: (1) CBS S.A - Companhia Brasileira de Sandálias no valor de R$ 53.862; (2) Alpargatas A.S.A.I.C. - Argentina no valor de R$ 2.293; e (3) Osklen no valor de R$ 48.287.

(iv) Saldo reclassificado para o grupo de ativo mantido para venda, conforme descrito na nota explicativa 11.

A movimentação dos saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 está demonstrada a seguir:

Controladora	31/12/2018	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Outras movimentações	31/12/2019
Intangível							
Com vida útil definida:							
Sistema de gestão empresarial	35.904	-	6.650	(11.249)	(141)	1	31.165
Cessão de direitos comerciais (iv)	9.459	-	(9.459)	-	-	-	-
Projetos em andamento (iii)	6.204	17.329	(1.707)	-	-	-	21.826
Sem vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	1.027	-	-	-	-	-	1.027
Ágio na aquisição de controladas incorporadas	53.862	-	-	-	-	-	53.862
Total	106.456	17.329	(4.516)	(11.249)	(141)	1	107.880

Controladora	31/12/2017	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Outras movimentações	31/12/2018
Intangível							
Com vida útil definida:							
Sistema de gestão empresarial	45.142	-	4.161	(13.399)	-	-	35.904
Cessão de direitos comerciais	5.840	-	4.400	(780)	-	(1)	9.459
Projetos em andamento (iii)	7.396	7.389	(8.581)	-	-	-	6.204
Sem vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	1.027	-	-	-	-	-	1.027
Ágio na aquisição de controladas incorporadas	53.862	-	-	-	-	-	53.862
Total	113.267	7.389	(20)	(14.179)	-	(1)	106.456

Consolidado	31/12/2018	Adições	Transferência (i)	Amortizações	Baixas	Variação cambial e outras movimentações (ii)	Reclassificação	31/12/2019
Intangível								
Com vida útil definida:								
Sistemas de gestão empresarial	46.299	-	15.324	(14.426)	(163)	(3.342)	-	43.692
Cessão de direitos comerciais (iv)	72.652	-	(72.652)	-	-	-	-	-
Carteira de clientes	2.132	-	-	(1.690)	-	(442)	-	-
Acordo de não competição	3.660	-	-	(3.660)	-	-	-	-
Projetos em andamento (iii)	6.204	17.329	(1.707)	-	-	-	-	21.826
Sem vida útil definida:			-					
Marcas, direitos e patentes	143.925	-	492	-	-	(9)	-	144.408
Ágio na aquisição de controladas	177.431	-	-	-	-	(72.989)	-	104.442
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (v)	1.021	-	-	(935)	-	-	(86)	-
Total	453.324	17.329	(58.543)	(20.711)	(163)	(76.782)	(86)	314.368

Consolidado	31/12/2017	Adições	Transferência (i)	Amortizações	*Impairment*	Baixas	Variação cambial e outras movimentações (ii)	31/12/2018
Intangível								
Com vida útil definida:								
Marcas, direitos e patentes	10	-	-	-	-	-	(10)	-
Sistemas de gestão empresarial	47.857	-	8.349	(15.315)	-	(10)	5.418	46.299
Cessão de direitos comerciais	78.717	-	9.850	(11.401)	-	(159)	(4.355)	72.652
Carteira de clientes	6.530	-	(609)	(2.746)	-	-	(1.043)	2.132
Acordo de não competição	7.653	-	-	(3.993)	-	-	-	3.660
Projetos em andamento (iii)	7.396	14.055	(14.936)	-	-	-	(311)	6.204
Sem vida útil definida:								
Marcas, direitos e patentes	143.916	-	-	-	-	-	9	143.925
Ágio na aquisição de controladas	201.755	-	-	-	(3.338)	(20.986)	-	177.431
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	-	(243)	-	-	1.264	1.021
Total	493.834	14.055	2.654	(33.698)	(3.338)	(21.155)	972	453.324

(i) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica "Projetos em andamento" para as correspondentes contas definitivas do "Intangível", quando do encerramento dos projetos.

(ii) Refere-se à variação cambial de controladas no exterior e *impairment* de ágio de controlada, conforme descrito na nota explicativa 12.1.

(iii) Os saldos registrados na rubrica "Projetos em andamento" referem-se aos projetos de investimentos em infraestrutura e TI.

(iv) Referem-se aos valores pagos na aquisição de direitos de uso dos pontos comerciais em que se localizam determinadas lojas Havaianas e Osklen (consolidado). A partir de 2017, o custo de aquisição passou a ser amortizado pelo prazo contratual remanescente acrescido da expectativa de renovação. Em 2019, esses valores foram transferidos para o grupo de "Direito de uso" de acordo com o IFRS 16 conforme nota explicativa 15.

(v) Saldo reclassificado para o grupo de ativo mantido para venda, conforme descrito na nota explicativa 11.

15. ATIVO DE DIREITO DE USO

A Companhia efetua o arrendamento de alguns bens, principalmente imóveis (escritórios, centros de distribuição e lojas), que normalmente vigoram por um período de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos. Alguns arrendamentos incluem uma opção para renovar o arrendamento por um período adicional de 5 (cinco) anos após o término do prazo do contrato.

A movimentação dos saldos do ativo e do passivo para os exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e de 2018 está demonstrada a seguir:

Ativo	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial	71.293	341.855
Transferências (i)	9.459	72.652
Saldos em 1º de janeiro de 2019	80.752	414.507
Adições (ii)	49.748	112.381
Baixas (iii)	(18.128)	(23.037)
Depreciação	(11.981)	(76.017)
Outras movimentações	678	8.232
Reclassificação (iv)	-	(4.573)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	101.069	431.493

Passivo	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial	71.293	341.855
Saldos em 1º de janeiro de 2019	71.293	341.855
Adições	49.748	112.381
Baixas	(18.358)	(23.175)
Pagamento passivo de arrendamento - CP	(13.166)	(76.399)
Apropriação de juros	4.650	20.978
Variação cambial/ Outras movimentações	2	2.332
Reclassificação (iv)	-	(3.593)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(94.169)	(374.379)

(i) Refere-se a contrato de cessão de direitos comerciais que estavam classificados no grupo de Intangível, anteriormente a aplicação do IFRS 16 - Arrendamento, conforme mencionado na nota explicativa 14.

(ii) Referem-se a contratos de aluguel de escritórios, novas lojas e atualizações monetárias dos contratos. Adicionalmente em 31 de dezembro de 2019 considera o saldo de PIS e Cofins a recuperar de R$ 9.036 na controladora e de R$ 10.560 no consolidado, tendo em vista que o saldo passou a ser apurado sem o efeito do devido imposto.

(iii) Referem-se a contratos suspensos de escritórios e lojas que foram encerradas.

(iv) Refere-se a principalmente à reclassificação dos saldos da ASAIC para Ativo mantido para venda, conforme nota explicativa 11.

15.1. Passivo de arrendamento

	Controladora	Consolidado
Circulante	10.808	57.761
Não circulante	83.361	316.618
	94.169	374.379

15.2. Impacto no resultado do exercício

	Controladora	Consolidado
Depreciação do direito de uso	13.642	72.360
Apropriação de juros dos arrendamentos	4.650	18.239
Resultado na baixa de ativo de direito de uso	230	138
	18.522	90.737

15.3. Impacto no Fluxo de caixa

	Controladora	Consolidado
Fluxo das atividades operacionais		
Apropriação de juros	4.650	18.239
Depreciação de direito de uso	13.642	72.360
Resultado na baixa de direito de uso	230	138
Fluxo das atividades de financiamento		
Pagamento de principal - arrendamento mercantil	8.516	52.547
Pagamento de juros - arrendamento mercantil	4.650	18.239
Itens sem efeito caixa		
Adoção inicial	71.293	341.855
Adições	49.748	112.381
Baixas	18.128	23.037

15.4. Maturidade dos passivos de arrendamento

Controladora						
Fluxo de pagamentos futuros	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante
Fluxo de desembolso sem AVP	15.265	15.736	15.233	14.354	13.565	55.256
Taxa média de desconto (%)	6,55	7,46	8,04	8,48	8,84	9,54
Cenário com inflação	15.830	16.900	16.894	16.421	15.993	72.431
Taxa média de inflação (%) (i)	3,70	3,70	3,50	3,50	3,50	3,50

Consolidado						
Fluxo de pagamentos futuros	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante
Cenário atual	75.313	74.011	71.419	62.631	53.435	123.720
Taxa média de desconto (%)	4,68	5,03	5,30	5,59	5,96	6,80
Cenário com inflação	77.482	78.363	77.776	70.378	62.105	156.436
Taxa média de inflação (%) (i)	2,82	2,84	2,76	2,76	2,76	2,76

(i) Taxas obtidas através das projeções do Banco Central do Brasil, para a Controladoras e através da Blomberg para o Consolidado.

Efeitos da inflação na base

	Controladora 2019	Consolidado 2019
Ativo de direito de uso (i)	92.595	368.273
Cenário com inflação	105.668	401.261
Passivo de arrendamento	94.169	374.379
Cenário com inflação	108.860	416.450
Apropriação de juros dos arrendamentos	4.542	18.972
Cenário com inflação	5.256	21.300
Depreciação do direito de uso	7.613	58.739
Cenário com inflação	8.357	62.813

(i) Não incluir o valor de R$ 8.474, na Controladora e de R$ 63.220 no Consolidado de cessão de direitos comerciais que estão contabilizados no grupo de ativo de direito de uso.

16. FORNECEDORES

	Controladora 31/12/2019	31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	31/12/2018
Nacionais	212.442	254.108	223.212	261.738
Estrangeiros	117.371	50.285	127.293	158.062
Risco Sacado (i)	-	29.269	-	29.269
Total	329.813	333.662	350.505	449.069

(i) O saldo foi reclassificado para o grupo de Risco Sacado em 2019 para refletir a melhor apresentação dos saldos de acordo com a natureza da operação.

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte-americanos.

17. RISCO SACADO

O Grupo mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com seus principais fornecedores a operação de antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação, e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Moeda	Indexador e taxa anual de juros	Controladora 31/12/2019	31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	31/12/2018
Em reais:							
FNE (BNB)	(a)		2,98%	56.175	74.743	56.175	74.743
Finame	(b)		3,38%	20.385	26.508	20.385	26.508
Finem	(c)		50% TJLP/ SELIC + 2,35%	-	20.920	-	20.920
Confirming	(d)		CDI + 3,15%	-	-	-	18.138
Debêntures	(e)		104,2% CDI	150.269	250.578	150.269	250.578
Total em reais				226.829	372.749	226.829	390.887
Em moeda estrangeira:							
Linha externa (4131) - Terras de Aventura Ind. Artigos Esportivos S.A. - Osklen	(f)	US$	2,97%	-	-	31.321	33.756
"Working capital" - Terras de Aventura Ind. Artigos Esportivos S.A. - Osklen	(g)	US$	LIBOR 6M + 1,20%	-	-	20.600	19.110
"Line of Credit" - Alpargatas USA	(g)	US$	LIBOR 6M + 1,30%	-	-	-	95.274
"Préstamo" - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	(g)	AR$	36,00%	-	-	-	49.048
"Descubiertos" - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	(h)	AR$	64,38%	-	-	-	24.845
Arrendamento financeiro - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	(h)	AR$	23,88%	-	-	-	14
Total em moeda estrangeira				-	-	51.921	222.047
Total geral				226.829	372.749	278.750	612.934
Passivo circulante				125.004	142.073	176.925	382.258
Passivo não circulante				101.825	230.676	101.825	230.676

(a) Destinado a apoiar programas de investimentos na Região Nordeste e investimento na fábrica de Montes Claros na região norte de Minas Gerais. As liberações das parcelas dos contratos foram vinculadas ao cronograma de desembolsos dos investimentos. As garantias estão suportadas por carta de fiança bancária, com prazo até 2022.

(b) Empréstimos e financiamentos referentes à FINAME, que foram captados pela controladora entre 2010 e 2014, têm como objetivo financiar equipamentos utilizados pela Companhia, a fim de melhorar e aumentar a produção (geralmente equipamentos de fábricas). O prazo médio das operações é de 96 meses. Esses financiamentos são amortizados mensalmente, sendo uma parte referente ao valor principal e outra de juros.

(c) Entre outubro de 2015 e dezembro de 2016, a Companhia recebeu o crédito de R$ 57.140 referente à Pro Design (FINEM) em dois contratos distintos. Os valores captados nesta modalidade têm por objetivo contribuir e incentivar o desenvolvimento e fortalecimento das marcas de Artigos Esportivos e Sandálias. Tais contratos foram liquidados, respectivamente, em setembro de 2018 e junho de 2019.

(d) Instrumento contratado pela Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. que tem como objetivo o financiamento de passivos com fornecedores. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os saldos foram reclassificados para o grupo de risco sacado a pagar conforme nota explicativa 17.

(e) Em dezembro de 2017, captou o montante de R$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais) por meio de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 3 (três) séries da espécie quirografária da 1ª (primeira) emissão. Os recursos obtidos serão utilizados para gestão ordinária de seus negócios, conforme previsto em seu estatuto social. A amortização dos recursos será feita integralmente em uma única parcela na data de vencimento de cada série, sendo a primeira em dezembro de 2019, a segunda em dezembro de 2020 e a terceira em dezembro de 2022.

(f) Em agosto de 2017, a Companhia captou por meio de sua controlada Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A., o montante de US$9.519 (nove milhões, quinhentos e dezenove mil dólares) com vencimento em agosto de 2018. Na mesma data foi contratado um *swap* para proteção da taxa de juros, convertendo os encargos financeiros (2,72% a.a.) para 116,80% do CDI. Em agosto de 2018 foi executada a rolagem desta mesma operação desta vez no montante de US$ 8.195 (oito milhões, cento e noventa e cinco mil dólares) com vencimento em agosto de 2019. Na mesma data foi contratado um *swap* para proteção da taxa de juros, convertendo os encargos financeiros (3,52% a.a.) para 105,0% do CDI (vide nota explicativa 31.3), designando o instrumento financeiro derivativo para *hedge* de valor justo. Tal linha de crédito é garantida pela Alpargatas S.A. Em agosto de 2019 a operação foi prorrogada novamente até 2020, com taxa de 2,97% a.a. em USD com *swap* para 120% do CDI.

(g) Os empréstimos e financiamentos captados pelas controladas no exterior são garantidos por avais, fianças e/ou notas promissórias da Controladora, de acordo com limites aprovados pela Diretoria e/ou Conselho de Administração.

(h) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os saldos foram reclassificados para o grupo de passivo relacionado ao ativo mantido para venda tendo em vista a operação realizada conforme descrito na nota explicativa 1.3.

A movimentação do saldo dos exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e de 2018 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2018	561.752	733.643
Captação de empréstimos	-	434.937
Pagamento do principal	(189.681)	(543.992)
Pagamento de juros	(23.962)	(65.649)
Provisão de juros	24.640	57.864
Variação cambial	-	(3.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	372.749	612.934

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	372.749	612.934
Captação de empréstimos	-	114.393
Pagamento do principal	(144.682)	(374.928)
Pagamento de juros	(19.450)	(22.974)
Provisão de juros	18.212	18.584
Variação cambial	-	(30.549)
Reclassificação para ativo/passivo mantido para venda	-	(38.710)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	226.829	278.750

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados a seguir:

	Controladora 31/12/2019	31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	31/12/2018
2020	-	128.851	-	128.851
2021	24.675	24.675	24.675	24.675
2022	74.675	74.675	74.675	74.675
2023	1.837	1.837	1.837	1.837
2024 em diante	638	638	638	638
Total	101.825	230.676	101.825	230.676

Cláusulas restritivas de contratos

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as debêntures mantidas pela Companhia e por suas controladas continham cláusulas restritivas que estabelecem obrigações financeiras e não financeiras por parte da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas encontram-se adimplentes com estas cláusulas.

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora 31/12/2019	31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	31/12/2018
ICMS	-	-	5.878	8.637
PIS e COFINS	680	-	3.968	1.748
Imposto de renda e contribuição social	6.587	3.788	14.995	6.342
Contribuição previdenciária sobre receita bruta	3.849	3.651	3.849	3.651
INSS terceiros	889	786	889	786
FGTS	4.283	6.742	4.283	6.742
Provisão para impostos sobre perdas no estoque	4.458	6.213	4.458	6.213
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina:				
IIBB - Imposto sobre Ingressos Brutos (i)	-	-	-	1.566
Outros impostos (i)	-	-	-	1.283
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha:				
Imposto de renda	-	-	3.335	2.458
Outros impostos	-	-	1.358	1.176
Outros	3.603	2.194	7.939	4.100
Total	24.349	23.374	50.952	44.702

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os saldos foram reclassificados para o grupo de passivo relacionado ao ativo mantido para venda (nota explicativa 11) tendo em vista a operação realizada conforme descrito na nota explicativa 1.3

20. PROVISÕES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora 31/12/2019	31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	31/12/2018
Royalties a pagar	7.256	5.233	7.256	6.208
Fretes a pagar	19.292	6.445	23.129	8.035
Propaganda a pagar	19.987	6.140	25.605	9.958
Comissões a pagar	1.176	1.582	5.387	4.440
Provisão para honorários advocatícios	6.655	7.306	6.655	7.306
Provisão para troca de controle (i)	795	2.104	795	2.104
Adiantamento de clientes	9.276	7.114	9.370	10.950
Serviços a pagar de EMEA/USA	-	-	27.022	12.060
Outras contas a pagar (serviços de terceiros, concessionárias e outras)	5.596	21.224	18.746	42.100
Total	70.033	57.148	123.965	103.161

(i) Referem-se as despesas a incorrer com a obtenção de anuências de contratos de licenciamento de marcas em decorrência da transferência de controle da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa 1.2, considerando cláusulas contratuais existentes nos respectivos contratos.

21. PARTES RELACIONADAS

21.1. Saldos com empresas controladas

Ativo e (passivo) não circulante	Controladora 31/12/2019	31/12/2018
Alpargatas Imobiliária S.A.	12	12
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (i)	-	104.365
Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. - Osklen (ii)	25.746	34.587
Esportes S.A.	-	(10)
Total	25.758	138.954

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o saldo foi capitalizado tendo em vista a operação descrita na nota explicativa 1.3

(ii) Refere-se a contrato de mútuo de R$20.000 com taxa de juros de 104,45% do CDI.

O saldo é representado por conta corrente entre a Companhia e suas controladas, devido à administração centralizada das disponibilidades.

21.2. Saldos a receber e a pagar decorrentes de transações com empresas controladas

		Controladora Contas a receber 31/12/2019	31/12/2018	Controladora Contas a pagar 31/12/2019	31/12/2018
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos		40.180	37.100	-	-
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha		52.896	37.855	-	-
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	(i)	-	27.364	-	-
Alpargatas Calzados del Uruguay S.A.	(i)	-	1.211	-	-
Alpargatas Colômbia SAS		6.120	8.042	-	-
Total		99.196	111.572	-	-

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 parte do saldo foi capitalizado tendo em vista a operação descrita na nota explicativa 1.3, o restante foi reclassificado para ativo mantido para venda no valor de R$5.878, conforme nota explicativa 11.

21.3. Transações com empresas controladas com efeito no resultado do exercício

As transações efetuadas com empresas controladas estão demonstradas a seguir:

		Venda de produtos/serviços 31/12/2019	31/12/2018	Compra de produtos/serviços 31/12/2019	31/12/2018
Alpargatas S.A.	(i)	145.741	116.716	-	-
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos		-	-	19.799	20.162
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha		-	-	118.617	89.389
Alpargatas Colômbia SAS		-	-	6.861	7.165
Alpargatas India Fashions Private Ltd.		-	-	463	-
Alpargatas Trading (Shangai) Co. Ltd.		-	-	1	-
Total		145.741	116.716	145.741	116.716

(i) Compreende substancialmente as vendas de sandálias da marca "Havaianas" para as controladas localizadas no exterior, devido ao modelo das operações e ao formato do canal de distribuição definido para as operações internacionais da Companhia, onde os produtos são manufaturados no Brasil e posteriormente vendidos para as controladas no exterior, em que são revendidos.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não registrou nenhuma baixa ou provisão para perdas esperada *(impairment)* referente aos saldos a receber de suas controladas no exterior. Os saldos da ASAIC foram reclassificados para operações descontinuadas, conforme nota explicativa 11.

continua...

... continuação

21.4. Transações com controlador

		Controladora e consolidado			Controladora e consolidado	
		Ativo			Passivo	
		31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
Banco Itaú-Unibanco	(i)	4.031	4.539	(ii)	30.443	48.292
Total		**4.031**	**4.539**		**30.443**	**48.292**

		Controladora e consolidado			Controladora e consolidado	
		Receita			Despesa	
		31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
Banco Itaú-Unibanco		251	497	(iii)	2.952	5.323
Total		**251**	**497**		**2.952**	**5.323**

(i) Os valores referem-se a saldo de aplicações financeiras da Alpargatas S.A.

(ii) Os valores referem-se a: (1) Empréstimos Finame da Alpargatas S.A. no valor de R$ 7.620 e (2) operações de risco sacado na Osklen no valor de R$ 22.823. As operações foram contratadas anteriormente à data de troca de controle acionário.

(iii) Referem-se à despesa com juros sobre empréstimos mencionados no item (ii)

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, exceto pelos avais e pelas garantias concedidas para suportar as operações de empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota explicativa 18, a Companhia e suas controladas não haviam concedido outros avais e garantias para partes relacionadas.

21.5. Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração total dos administradores está assim composta:

	Consolidado		
	31/12/2019		
	Remuneração		
	Fixa	Variável (i)	Total
Conselhos de Administração e Fiscal / Comitê de Auditoria	3.924	-	3.924
Diretores	8.212	8.900	17.112
Total	**12.136**	**8.900**	**21.036**
	31/12/2018		
	Remuneração		
	Fixa	Variável (i)	Total
Conselhos de Administração e Fiscal / Comitê de Auditoria	3.609	-	3.609
Diretores	8.274	3.890	12.164
Total	**11.883**	**3.890**	**15.773**

(i) Refere-se à participação nos resultados registrados no exercício.

Em adição à remuneração dos administradores, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada no montante de R$563 (R$665 no mesmo exercício de 2018) em nome dos diretores estatutários e o plano de incentivo de longo prazo no valor de R$ 18.258 (R$ 1.401 em 31 de dezembro de 2018), conforme descrito na nota explicativa 23.

A remuneração global anual para os administradores fixada para o exercício de 2019 na Assembleia Geral Ordinária de 17 de abril de 2019 foi de R$39.000 (R$ 17.000 em 2018).

22. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos de naturezas tributária, cível e trabalhista, decorrentes de autuações por parte das autoridades fiscais, de reclamações de terceiros e ex-empregados ou de ações e questionamentos. Para essas contingências, foram constituídas provisões, quando, na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, o risco de eventual perda foi considerado como provável. Essas provisões estão assim apresentadas:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Reclamações trabalhistas	(i)	17.018	17.147	18.236	23.244
Processos tributários	(ii)	6.693	5.624	6.693	8.680
Processos cíveis	(iii)	2.483	1.392	12.444	12.048
Passivos contingentes		-	-	-	1.438
Total		**26.194**	**24.163**	**37.373**	**45.410**
Depósitos judiciais		5.647	7.267	5.647	7.267
Total líquido		20.547	16.896	31.726	38.143
Parcela do circulante		9.532	5.984	19.493	20.271
Parcela do não circulante		11.015	10.912	12.233	17.872

(i) Referem-se às ações movidas contra a Companhia e suas controladas por ex-empregados, cujos pedidos são basicamente de pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas entendidas como devidas em razão de responsabilidade subsidiária.

(ii) Referem-se principalmente a uma cobrança de COFINS do período de julho e setembro a dezembro de 1992, em que se discutem diferenças não tributadas. O processo encontra-se aguardando decisão em primeira instância judicial.

(iii) Referem-se às ações cíveis movidas contra a Companhia relacionadas principalmente a danos morais e materiais decorrentes de discussões de descumprimentos contratuais em relação aos contratos de consumo e comerciais.

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	10.917	5.556	19.299	35.772
Adições	14.662	68	869	15.599
Pagamentos	(15.699)	-	(18.776)	(34.475)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.880	5.624	1.392	16.896

	Controladora			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.880	5.624	1.392	16.896
Adições	14.552	2.134	1.792	18.479
Pagamentos	(13.061)	(1.065)	(701)	(14.828)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.371	6.693	2.483	20.547

	Consolidado				
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Passivo contingente	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	21.352	7.808	19.299	1.438	49.897
Adições	18.156	68	11.588	-	29.812
Pagamentos/Variação cambial	(23.531)	804	(18.839)	-	(41.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.977	8.680	12.048	1.438	38.143

	Consolidado				
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Passivo contingente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.977	8.680	12.048	1.438	38.143
Adições	15.742	2.134	1.828	-	19.704
Pagamentos/Variação cambial	(21.137)	(4.121)	(1.432)	(1.438)	(28.128)
Reclassificação ativo e passivo para venda	2.007	-	-	-	2.007
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.589	6.693	12.444	-	31.726

22.1. Perdas possíveis (não provisionadas)

Contingências passivas com risco de perda classificadas como possível:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tributárias:					
Auto de infração - IRRF	(i)	4.591	10.843	4.591	10.843
CSLL e IRPJ	(ii)	12.523	12.259	12.523	12.259
Royalties	(iii)	9.533	7.785	9.533	7.785
IPI	(iv)	-	50.136	-	50.136
Crédito de PIS/COFINS	(v)	3.165	2.586	3.165	2.586
Outras		7.643	7.013	7.882	7.247
Total		**37.455**	**90.622**	**37.694**	**90.856**
Cíveis (ações indenizatórias)	(vi)	20.175	10.829	30.917	17.825
Trabalhistas		4.770	9.307	8.824	9.307

(i) Auto de infração visando à cobrança de IRRF, compensado com créditos de IRPJ.

(ii) Autos de infração relativos a não homologação de compensações de débitos tributários com créditos de IRPJ e CSLL.

(iii) Autos de infração visando a cobrança de II, IPI, PIS-Importação e COFINS-Importação sobre os valores remetidos ao exterior a título de *royalties*.

(iv) Autos de infração relativos a não homologação de compensação de créditos de IPI na aquisição de insumos isentos da ex-controlada Locomotiva da Amazônia Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., correspondentes ao período de julho de 2004 a junho de 2008, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ao prognóstico de perda desse processo foi reclassificado para remoto.

(v) Glosa de compensações com créditos tributários, em sua maioria, oriundos de operações de fretes.

(vi) Refere-se, principalmente a arbitragem por rescisão de contrato e ações indenizatórias.

22.2. Ativos contingentes

A Companhia possui discussões judiciais objetivando a recuperação de tributos, cujo prognóstico de êxito é provável de acordo com seus assessores jurídicos. Entre as principais ações, destaca-se a exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição previdenciária sobre a receita bruta, conforme descrito na nota explicativa 22.3. Como se tratam de ativos contingentes, sua mensuração e contabilização se darão na forma e proporção da decisão judicial favorável, quando esta ocorrer de forma definitiva.

A ação que discute o PIS e a COFINS relativos ao período de janeiro de 2015 em diante, ainda aguarda conclusão processual, estimando-se para esta um valor envolvido de aproximadamente R$ 90.000.

22.3. Questionamento judicial - ICMS na base do PIS E COFINS

A Companhia questiona judicialmente a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS desde maio de 1993 e na base de cálculo do PIS desde março de 2002.

No período de junho de 2008 até dezembro de 2014, a Companhia valeu-se do efeito suspensivo obtido em Medida Cautelar no STF para excluir o ICMS da base de cálculo da COFINS, sem a necessidade de efetuar depósitos judiciais. Tais valores foram registrados como passivo com exigibilidade suspensa. Essa provisão foi estornada (R$190.500) pela Companhia em 2017, em razão do julgamento pelo STF, em sede de repercussão geral, do Recurso Extraordinário nº 574.706, em 15 de março de 2017. Naquela ocasião fixou-se a tese favorável aos contribuintes: "o ICMS não deve compor a base de cálculo do PIS e da COFINS". O julgamento foi devidamente formalizado com a publicação das respectivas Atas em 17 de março de 2017 e 20 de março de 2017.

Em 25 de setembro de 2018, ocorreu o trânsito em julgado da ação judicial que discutiu o período de maio de 1993 a dezembro de 2014 para a COFINS. Os montantes envolvidos nesta ação correspondem a R$ 15.000, depositados em juízo, relativos ao período de maio de 1993 a fevereiro de 1996, e R$ 181.621, pagos a maior, relativos ao período de março de 1996 a maio de 2008. Tais ativos foram reconhecidos pela Companhia em 30 de setembro de 2018 na rubrica "Outras receitas operacionais".

Em 4 de abril de 2019, ocorreu o trânsito em julgado da ação que questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS no período de março de 2002 a dezembro de 2014. O montante envolvido nesta ação corresponde a R$ 82.590. Tal ativo foi reconhecido pela Companhia em 30 de abril de 2019 em contrapartida à rubrica de "Outras receitas operacionais".

Em março de 2019, ocorreu o trânsito em julgado da ação judicial da controlada Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A.. Por tal razão, encerrado o trabalho de levantamento dos valores oriundos desta ação, tal Companhia registrou um ativo da ordem de R$ 17.131, calculado nos termos da Solução de Consulta Interna COSIT nº 13, tendo em vista que a respectiva decisão transitada em julgado ponderou acerca da pendência de julgamento dos Embargos de Declaração no RE nº 574.706. A Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. estima um valor da ordem de R$7.273 a ser reconhecido quando do julgamento dos Embargos de Declaração no RE nº 574.706.

A Companhia tem expectativa de realização desses saldos nos próximos cinco anos.

23. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

23.1. Planos de aposentadoria

A Companhia patrocina um plano de aposentadoria para todos os seus empregados, utilizando a Entidade Fechada de Previdência Complementar, a ALPAPREV - Sociedade de Previdência Complementar na modalidade de contribuição definida e, além disso, concedeu um plano próprio de aposentadoria e benefícios de renda vitalícia ("Plano Informal") para um grupo fechado de ex-funcionários e seus respectivos cônjuges, que será extinto após o falecimento do último beneficiário.

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo atuarial referente a esses planos, oriundo do excedente das aplicações frente ao passivo atuarial é de R$ 2.153 (R$2.576 de ativo em 31 de dezembro de 2018).

	ALPAPREV		Plano Informal	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações de contribuição definida	46.561	39.296	188	169
Valor justo dos ativos do plano	65.134	53.774	-	-
Valor presente das obrigações / (ativos) líquidos	(18.573)	(14.478)	188	169
Teto de ativo "*asset ceiling*"	16.232	11.733	-	-
Valor presente das obrigações / (ativos) líquidos	**(2.341)**	**(2.745)**	**188**	**169**

23.2. Plano de incentivo de longo prazo

a) "Novo plano de incentivo de longo prazo"

Em 23 de abril de 2015, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o denominado "Novo plano de incentivo a longo prazo (ILP)". O plano ILP é baseado em uma política de geração de valor que permite a alguns empregados da Companhia e suas controladas adquirir direitos com a Companhia, baseado na distribuição de uma parcela da criação de valor futuro para a Companhia que supere a taxa de retorno mínima *(ke / hurdle rate)* para seus acionistas, e tem como parâmetros de valor: (i) mercado (BM&F Bovespa); (ii) econômico (múltiplo de EBITDA) e; (iii) múltiplo de dividendos.

A participação individual dos beneficiários na criação de valor acima da taxa mínima é operacionalizada por meio da concessão de Unidades Virtuais de Valor ("UVVs"), cujo valor individual é calculado mediante a: (i) ponderação da cotação média das ações dos últimos 60 pregões (40%); (ii) múltiplo de EBITDA descontada da dívida líquida dividido pelo número de ações (40%) e; (iii) dividendos e juros sobre capital próprio por ação dividido pelo *dividend yield* (20%).

As conversões das UVVs em pagamento serão realizadas pelo beneficiário em até cinco anos e três meses do início de cada programa anual, desde que respeitados os prazos de carência de: (i) até 36 meses: não será permitida conversão; (ii) após 36 meses: até 33%; (iii) após 48 meses: até 66%, descontadas as já exercidas e; (iv) após 60 meses: até 100%, descontadas as já exercidas. A liquidação será feita em dinheiro.

O novo plano teve início em 1º de janeiro de 2015 e previa cinco programas anuais, no entanto ocorreram distribuições apenas nos anos de 2015 e 2016 devido a troca do controlador conforme descrito na nota explicativa 1.2.

b) Plano de ações diferidas especial

Em 14 de novembro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o plano extraordinário de ações diferidas, com outorga única e vigência de 5 anos. O plano estabelece as condições gerais do incentivo definido após a mudança de controle ocorrida em 2017, com o objetivo de reter os principais executivos da Companhia e suas controladas, por meio de uma outorga especial de ações diferidas de emissão da Companhia.

Cada ação diferida atribui a seu titular o direito ao recebimento em caixa do valor de mercado de 1 (uma) ação preferencial (B3: "ALPA4"), acrescido do valor em dinheiro dos respectivos proventos, e deduzidos o imposto de renda e outros encargos que incidam sobre o valor da ação. Em casos específicos os participantes poderão optar por receber, na data de exercício, ações em tesouraria compradas pelo participante pelo valor líquido de imposto divididas pelo valor de mercado. A aquisição do direito ao exercício das ações diferidas ocorrerá de forma gradativa, em 3 (três) parcelas iguais de 1/3 das ações diferidas, e a primeira parcela poderá ser exercida a partir de 1º de setembro de 2020 e as demais nos anos subsequentes.

O plano entrou em vigor imediatamente após a sua aprovação e terá vigência até 31 de outubro de 2022.

c) Plano de ações restritas

Em 20 de março de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o plano de ações restrita, cujo objeto é a outorga de ações restritas como parte da estrutura de remuneração da Companhia a fim de atrair, motivar e reter executivos da Companhia e/ou de suas controladas, bem como alinhar seus interesses aos da Companhia, suas controladas e de seus acionistas, estimulando a aceleração da estratégia de crescimento da Companhia.

O plano foi implementado, mediante aprovação do Conselho de Administração, por meio de programas outorgados aos executivos e com celebração de contratos individuais entre a Companhia e os participantes especificando a quantidade de ações restritas recebidas e os demais termos e condições, incluindo a continuidade do vínculo empregatício e/ou de administrador, conforme o caso, de cada participante com a Companhia pelos períodos de 5 anos, com relação ao primeiro lote de outorga de ações restritas, e 10 anos, com relação ao segundo lote de outorga de ações restritas, contados da data de celebração do respectivo contrato individual e sujeito ao cumprimento da meta de valorização mínima das ações restritas correspondente ao acumulado do IPCA + 3% (três por cento) ao ano sobre o valor-base de R$ 11,70 por ação preferencial, o participante adquirirá o direito de tornar-se titular das ações restritas, observadas as hipóteses de desligamento previstas no plano.

Adicionalmente ao número máximo de ações restritas, a Companhia irá, conforme termos e condições do plano e do programa, entregar ao participante 0,30 (zero vírgula trinta) ação preferencial adicional para cada ação preferencial eventualmente adquirida pelo participante durante o período de validade do programa, respeitando-se o limite máximo de aquisição pelo participante de até 1.000.000 (um milhão) de ações preferenciais.

O plano entrou em vigor mediante aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e expirará, a qualquer tempo: (a) por decisão da Assembleia Geral Extraordinária; (b) pelo cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia; (c) pela cessação de negociação das ações preferenciais de emissão da Companhia em mercado de balcão, mercado organizado ou bolsa de valores; (d) pela dissolução e liquidação da Companhia; ou (e) pelo decurso de um prazo de 10 (dez) anos contados da data de aprovação do plano.

d) Plano discricionário

Em 15 de outubro de 2019 a Companhia a Assembleia Geral Extraordinária aprovou um novo plano de ações restritas que tem por objetivo conceder aos beneficiários selecionados pelo conselho de administração a oportunidade de receber ações restritas, de modo a promover: (a) a retenção dos beneficiários; e (b) o conceito de meritocracia e valorização da performance e potencial crescimento da Companhia.

A outorga foi realizada mediante a celebração de contratos entre a Companhia e os beneficiários, os quais foram especificadas a quantidade de ações e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às ações restritas.

A quantidade de ações outorgadas levou em consideração o *target* de salários previstos e aprovados na política de remuneração da Companhia e a última avaliação de performance e potencial ou qualquer tipo de avaliação individual que foi definida e aprovada pelo conselho de administração para definir a quantidade que foram outorgadas ao beneficiário.

O direito dos beneficiários, especialmente o de efetivamente receber a propriedade de tais ações, somente será plenamente adquirido se o beneficiário (i) permanecer continuamente vinculado como administrador, diretor ou empregado da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, durante o período de carência e, cumulativamente, (ii) o preço de cotação da ação preferencial de emissão da Companhia na data de término do período de carência deverá representar uma valorização, em relação ao preço equivalente à média de cotação da ação preferencial (ALPA4) nos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores à data de outorga, em montante superior à variação do IPCA/IBGE no período de carência em questão, acrescido de 3% (três por cento) ao ano, sujeito a ajustes decorrentes de desdobramento de ações, grupamento de ações e/ou outros eventos que possam afetar a comparação entre os preços acima, conforme calculado e definido pelo conselho de administração.

O plano entrou em vigor na data de sua aprovação e permanecerá vigente por um prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

e) Plano de outorga de ações (programa de *matching*)

Em 15 de outubro de 2019 a Companhia a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Plano de Outorga de Ações (Programa de *Matching*). O Plano tem por objetivo conceder aos beneficiários selecionados pelo conselho de administração a oportunidade de receber ações de *Matching* na medida em que, dentre outras condições, os referidos beneficiários invistam verbas autorizadas na aquisição e manutenção de ações próprias sob sua conta e risco, de modo a promover: (a) o alinhamento entre os interesses dos beneficiários e os interesses dos acionistas da Companhia e sociedades sob o seu controle; e (b) o estímulo da permanência dos Beneficiários na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.

O Conselho de Administração selecionará os beneficiários que poderão participar do plano. A base será os empregados que receberam Incentivo de curto prazo no ano da outorga.

A outorga de ações de *Matching* será realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, quantidade de ações de *Matching* objeto da outorga e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às ações de *Matching*.

Os direitos dos beneficiários em relação às ações de *Matching*, especialmente o direito de efetivamente receber a propriedade de tais ações, somente serão plenamente adquiridos se os beneficiários (i) permanecerem continuamente vinculados como administradores, diretores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, e, cumulativamente, (ii) mantiverem, sob sua plena e legítima titularidade e propriedade, as ações próprias, por todo o período compreendido desde a data de outorga até o terceiro aniversário da data de outorga, quando 100% (cem por cento) das ações de *Matching* serão vestidas.

O plano entrou em vigor na data de sua aprovação e permanecerá vigente por um prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

f) Impacto contábil

Os saldos da provisão registrada no passivo e o valor registrado no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Passivo	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Novo plano de incentivo de longo prazo	56.275	7.383	58.507	8.631
Total da provisão de incentivo de longo prazo	**56.275**	**7.383**	**58.507**	**8.631**
Parcela do circulante	22.542	-	22.839	-
Parcela do não circulante	33.733	7.383	35.668	8.631

	Controladora		Consolidado	
Patrimônio líquido	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Plano de ações diferidas especial	7.228	-	8.556	-
Plano de ações restritas	6.990	-	6.990	-
Plano discricionário	384	-	449	-
Plano de outorga de ações (programa de *matching*)	-	-	-	-
Plano das subsidiárias (i)	1.393	-	-	-
Total da provisão de incentivo de longo prazo	**15.995**	**-**	**15.995**	**-**

(i) Saldo contabilizado na Controladora via equivalência patrimonial.

O impacto contábil registrado na conta de resultado relativo aos planos de incentivo a longo prazo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi de R$ 63.494 de despesa na Controladora e de R$ 65.024 no Consolidado, tendo em vista a grande valorização das ações da Companhia (R$3.094 de reversão de despesa na controladora e R$3.195 no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

23.3. Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas concedem participação nos resultados a seus empregados, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecida e aprovada anualmente para cada fábrica/unidade. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram reconhecidos no resultado os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Programa de participação no resultado	41.797	36.082	43.543	41.356

Esta obrigação está registrada na conta "Salários e encargos sociais a pagar", no passivo circulante. A despesa está contabilizada nas rubricas "Custo dos Produtos Vendidos", "Despesas com vendas" e "Despesas Gerais e Administrativas".

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital social

O capital integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R$1.500.000, após aumento de R$ 851.503 mediante integralização de reserva de lucro, aprovada em 20 de março de 2019, com a emissão de 117.612.445 novas ações, sendo 60.402.138 ações ordinárias e 57.210.307 ações preferenciais, incluídas as ações em tesouraria. A bonificação ocorreu na proporção de 25 ações para cada 100 ações possuídas em 20 de março de 2019.

Em razão da bonificação ocorrida, o número de total de ações passou a ser representado por 588.062.222 ações escriturais sem valor nominal, sendo 302.010.689 ordinárias e 286.051.533 preferenciais.

O capital subscrito e integralizado apresenta a seguinte composição acionária:

Em 31 de dezembro de 2019:

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
Acionistas	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores (Itaúsa, Cambuhy I e Cambuhy Alpa)	259.057.585	85,78	75.307.606	26,33	334.365.191	56,86
Administradores:						
Conselho de Administração	31.562.390	10,45	29.007.756	10,14	60.570.146	10,30
Demais acionistas	11.390.682	3,77	172.490.700	60,30	183.881.382	31,27
Tesouraria	32	-	9.245.471	3,23	9.245.503	1,57
Total	**302.010.689**	**100,00**	**286.051.533**	**100,00**	**588.062.222**	**100,00**

Em 31 de dezembro de 2018:

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
Acionistas	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores (Itaúsa, Cambuhy I e Cambuhy Alpa)	207.246.069	85,78	47.937.043	20,95	255.183.112	54,24
Administradores:						
Conselho de Administração	25.249.913	10,45	23.045.185	10,07	48.295.098	10,27
Demais acionistas	9.112.543	3,77	150.462.621	65,75	159.575.164	33,92
Tesouraria	26	-	7.396.377	3,23	7.396.403	1,57
Total	**241.608.551**	**100,00**	**228.841.226**	**100,00**	**470.449.777**	**100,00**

24.2. Ações em tesouraria

A Companhia possui 9.245.503 ações em tesouraria ao custo médio de R$6,95. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram adicionadas 1.849.100 ações em tesouraria, decorrente do aumento de capital mencionado na nota explicativa 24.1.

24.3. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido excluídos os incentivos fiscais, calculado nos termos da lei societária e do estatuto.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram declarados pela Administração dividendos mínimos obrigatórios de R$7.610 e dividendos adicionais de R$22.831 (R$110.600 de juros sobre capital próprio em 31 de dezembro de 2018).

24.4. Reserva de Lucros

Reserva para incentivos fiscais

A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras, constituídos como "Reserva de incentivos fiscais" no grupo "Reservas de lucros".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia destinou o valor de R$242.062 para reserva de incentivos fiscais (R$217.563 em 31 de dezembro de 2018).

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional bruta:				
Mercado interno	3.163.811	2.942.789	3.533.047	3.291.889
Mercado externo	360.451	324.472	829.381	718.675
	3.524.262	3.267.261	4.362.428	4.010.564
Devoluções e abatimentos	(63.452)	(83.238)	(92.939)	(107.331)
Impostos incidentes sobre as vendas	(458.343)	(433.592)	(557.305)	(523.016)
Receita operacional líquida	3.002.467	2.750.431	3.712.184	3.380.217

26. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custo dos produtos vendidos:				
Matérias-primas e materiais	1.029.311	991.412	1.127.137	1.070.512
Salários, encargos e benefícios	510.100	474.205	514.063	478.072
Depreciação	48.715	44.550	49.055	45.152
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10.394	10.734	10.394	10.734
Outros custos	130.046	111.003	144.603	121.911
Total	**1.728.566**	**1.631.904**	**1.845.252**	**1.726.381**
Despesas com vendas:				
Salários, encargos e benefícios	85.115	77.361	234.494	204.643
Participação nos resultados	10.275	4.983	18.841	9.944
Fretes	112.324	96.892	146.279	125.757
Propaganda e publicidade	179.197	200.615	267.987	279.791
Comissões	10.075	9.500	39.627	36.587
Depreciação (i)	7.744	2.158	68.529	15.081
Royalties	45.947	48.776	46.569	49.363
Serviços de terceiros	13.918	19.463	54.871	58.838
Aluguéis/*Leasing* (ii)	5.678	9.158	27.510	81.794
Despesas com viagens	5.132	5.228	13.020	11.814
Despesas com armazenagem	3.550	4.901	45.161	42.269
Embalagem coletiva	19.182	15.736	19.182	15.736
Seguros de transporte	4.724	6.616	5.821	7.158
Outras	57.677	58.895	100.281	98.954
Total	**560.538**	**560.282**	**1.088.172**	**1.037.729**
Gerais e administrativas:				
Salários, encargos e benefícios	77.550	77.128	91.797	89.240
Honorários dos administradores (nota explicativa 21.5)	21.036	15.773	21.036	15.773
Serviços de terceiros	23.086	24.565	30.490	30.805
Depreciação (i)	6.462	2.927	8.758	3.789
Aluguel e condomínio (ii)	6.623	12.882	6.821	13.406
Manutenção e reparos	8.829	8.127	8.992	8.265
Outras	12.189	15.275	18.905	21.725
Total	**155.775**	**156.677**	**186.799**	**183.003**

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 15.

(ii) Refere-se ao saldo de alugueis que não foram escopo do IFRS 16 descrito na nota explicativa 2.2.1.

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outras receitas operacionais:				
Receita de taxa de franquia	1.092	1.189	1.092	1.189
Ganho na venda de imobilizado	3.318	1.297	29.814	1.297
Receita venda de energia	1.654	4.907	1.654	4.907
Receita venda de participação em controlada (ASAIC)	-	36.590	-	36.590
Êxito ação judicial Cofins base ICMS (nota explicativa nº 22.3)	82.590	189.226	95.550	189.226
Crédito PIS/COFINS sobre insumos	-	13.009	-	13.009
Outros créditos tributários	4.023	2.525	10.334	2.525
Recuperação crédito CPRB	-	11.512	-	11.512
Ressarcimento de mercadoria sinistrada	110	2.813	110	2.813
Outras	771	2.275	4.755	10.356
	93.558	**265.343**	**143.309**	**273.424**
Outras despesas operacionais:				
Amortização de intangível	(12.910)	(14.179)	(30.831)	(32.093)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	(8.004)	(4.865)	(9.230)	(5.683)
Plano de incentivo de longo prazo (nota explicativa 23.2)	(63.494)	3.094	(65.024)	3.195
Indenizações por rescisões trabalhistas	(12.361)	(7.528)	(12.678)	(7.528)
Custo na venda de particip. de controlada (ASAIC) (ii)	-	(59.484)	-	(65.170)
(Provisão) / reversão para perdas e baixas de imobilizado	(8.335)	9.219	(8.335)	9.219
Serviços de terceiros	(22.823)	(21.578)	(25.155)	(21.578)
Provisão para honorários de sucesso para contingências	(8.184)	(7.457)	(8.184)	(7.457)
Impairment ágio Argentina (i)	(72.990)	-	(72.989)	-
Despesa com reestruturação Alpa USA	-	-	(8.358)	(3.389)
Despesa contingência cível Alpa USA	-	-	-	(14.439)
Custo na venda de energia	(2.003)	(4.318)	(2.003)	(4.318)
Restruturação Alpa Europa (iii)	-	-	(17.327)	-
Restruturação internacional Osklen	-	-	(3.040)	-
Reversão crédito PIS/COFINS	(11.106)	-	(11.106)	-
Outras	(24.713)	(10.908)	(31.968)	(16.054)
	(246.923)	**(118.004)**	**(306.228)**	**(165.295)**
Total	**(153.365)**	**147.339**	**(162.911)**	**108.129**

(i) Refere-se a *impairment* do ágio registrado na aquisição da UGC Argentina, conforme descrito na nota explicativa 12.1.

(ii) Refere-se a venda de participação na controlada ASAIC no exercício de 2018.

(iii) Refere-se a despesas com encerramento de lojas e indenização com representantes comerciais.

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	26.217	29.057	27.446	29.889
Juros ativos	13.882	11.444	4.762	8.542
Atualização monetária de depósitos judicias e créditos tributários	14.220	20.353	19.001	18.461
Outras	544	46	800	1.872
	54.863	**60.900**	**52.009**	**58.764**
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos (i)	(18.397)	(24.640)	(15.843)	(29.739)
Impostos sobre operações bancárias	(2.062)	(2.246)	(2.102)	(2.317)
Impostos sobre receitas financeiras	(4.665)	(7.564)	(4.747)	(7.637)
Despesas bancárias	(2.963)	(4.142)	(6.483)	(7.062)
Ajuste a valor presente	(2.716)	(6.573)	(2.716)	(6.573)
Juros passivos	(172)	(79)	(526)	(918)
Juros de arrendamento - IFRS 16	(4.650)	-	(18.239)	-
Outras	(629)	(111)	(1.954)	(779)
	(36.254)	**(45.355)**	**(52.610)**	**(55.025)**
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	15.013	3.551	16.333	3.551
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(9.129)	(10.773)	(9.129)	(10.773)
	5.884	**(7.222)**	**7.204**	**(7.222)**
Total	**24.493**	**8.323**	**6.603**	**(3.483)**

(i) Saldos estão apresentados líquidos dos contratos de *swap* que foram adquiridos para proteção na variação do valor justo de alguns empréstimos, conforme nota explicativa 31.3.

29. VARIAÇÃO CAMBIAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Variação cambial ativa	20.409	37.050	24.324	43.629
Variação cambial passiva	(17.573)	(25.496)	(32.484)	(47.534)
Total	**2.836**	**11.554**	**(8.160)**	**(3.905)**

30. INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

O principal tomador de decisões operacionais da Companhia é o Diretor-presidente.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial na qual as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, pois os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversas marcas de calçados, artigos esportivos, sandálias e vestuário, as operações são geridas por segmentação geográfica com a seguinte segregação: (i) Operações Nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil e (ii) Operações Internacionais: desempenho consolidado das controladas nos Estados Unidos e na Europa, bem como das exportações diretas. O desempenho da operação da controlada ASAIC esta apresentado como operação descontinuada, tendo em vista a operação realizada, conforme descrito na nota explicativa 1.3.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

- Operações Nacionais:

- Brasil: 68,9%

- Operações Internacionais:

- Sandálias Internacional: 18,5%

- Operações descontinuadas: 12,6%

O desempenho dos segmentos foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido e no capital empregado (ativos totais menos passivo circulante e passivo não circulante) em cada segmento. Essa base de mensuração inclui os efeitos financeiros, o imposto de renda e a contribuição social, a depreciação e a amortização.

As informações estão demonstradas a seguir:

	31/12/2019					
Contas de resultado	**Receita operacional líquida**	**Lucro líquido (prejuízo)**	**Depreciação e amortização**	**Resultado financeiro**	**Variação cambial líquida**	**Imposto de renda e contribuição social**
Operações nacionais:						
Brasil	2.642.856	281.213	(73.248)	24.208	3.178	(93.648)
Terras de Avent. Ind. Art. Esport. S.A. - Osklen	282.380	3.202	(36.704)	(13.541)	2.012	(6.257)
Operações internacionais:						
Sandálias Internacional	786.948	31.568	(49.301)	(4.064)	(13.350)	(11.605)
Consolidado operações continuadas	**3.712.184**	**315.983**	**(159.253)**	**6.603**	**(8.160)**	**(111.510)**
Operações descontinuadas	535.330	(56.648)	(13.690)	21.564	(78.947)	2.512
Consolidado	**4.247.514**	**259.335**	**(172.943)**	**28.167**	**(87.107)**	**(108.998)**

	31/12/2018					
Contas de resultado	**Receita operacional líquida**	**Lucro líquido (prejuízo)**	**Depreciação e amortização**	**Resultado financeiro**	**Variação cambial líquida**	**Imposto de renda e contribuição social**
Operações nacionais:						
Brasil	2.423.333	447.085	(60.295)	8.878	8.209	(56.148)
Terras de Avent. Ind. Art. Esport. S.A. - Osklen	246.566	(10.383)	(21.556)	(8.213)	(1.037)	3.109
Operações internacionais:						
Sandálias Internacional	710.318	36.274	(15.627)	(4.148)	(11.077)	(7.830)
Cosolidado operações continuadas	**3.380.217**	**472.976**	**(97.478)**	**(3.483)**	**(3.905)**	**(60.869)**
Operações descontinuadas	524.292	(148.935)	(9.120)	11.748	(60.823)	(16.703)
Consolidado	**3.904.509**	**324.041**	**(106.598)**	**8.265**	**(64.728)**	**(77.572)**

A tabela abaixo apresenta os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

	31/12/2019			31/12/2018		
Contas patrimoniais	**Ativo total**	**Passivo circulante e não circulante**	**Adição ativo imobilizado e intangível**	**Ativo total**	**Passivo circulante e não circulante**	**Adição ativo imobilizado e intangível**
Operações nacionais:						
Brasil	3.210.157	950.391	143.367	2.686.476	643.697	59.948
Terras de Avent. Ind. Art. Esport. S.A. - Osklen	559.999	356.951	6.514	397.688	208.475	3.941
Operações internacionais:						
Argentina (a)	369.098	219.869	-	439.326	409.023	877
Sandálias Internacional	751.884	480.106	14.600	456.615	249.072	16.029
Consolidado	**4.891.138**	**2.007.317**	**164.481**	**3.980.105**	**1.510.267**	**80.795**

(a) Saldos reclassificados para ativo e passivo mantido para venda, conforme nota explicativa 11.

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada e nenhum cliente individualmente contribuiu com mais de 6% para as receitas de vendas.

31. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

31.1. Considerações gerais e políticas

A gestão de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Companhia e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

31.2. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

- Risco cambial

Em virtude de contas a receber e de obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, é conduzida uma política de Proteção Cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco.

Consideram-se os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações financeiras oriundos das operações da Companhia, bem como empréstimos e derivativos.

- Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de parte das aplicações financeiras que são pós-fixadas e de seus empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Risco de crédito

As vendas são substancialmente para varejistas e atacadistas. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pelos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. Em 31 de dezembro de 2019, o montante registrado de provisão para perdas esperadas *(impairment)* era R$45.558 (R$60.406 em 31 de dezembro de 2018). A exposição máxima ao risco de crédito na data-base de 31 de dezembro de 2019 é o valor contábil de contas a receber apresentado na nota explicativa 6.

A Companhia possui políticas de crédito diferenciadas para clientes no Mercado Interno e Clientes Terceiros no Exterior.

No mercado interno, o volume de negócios está concentrado em varejistas, distribuidores e atacadistas que trabalham com um modelo de compra a prazo e para atuar neste mercado é necessária a definição/atribuição de limites de crédito. Para definição do limite adequado são considerados os seguintes fatores: pesquisa no mercado sobre empresa, análise dos dados econômico-financeiros e avaliação do histórico interno com a Companhia. Esses limites são revisados periodicamente e em alguns casos são necessárias garantias reais, cartas de fiança ou fianças bancárias para atribuição do limite.

No mercado externo, as vendas realizadas para clientes terceiros são feitas quase em sua totalidade mediante pagamento antecipado ou carta de crédito. Exceções são avaliadas pela Administração.

Em ambas as políticas, existem alçadas definidas que variam de acordo com os diferentes níveis hierárquicos / valores e que servem para concessão, alteração ou manutenção dos limites de crédito para cada cliente.

A mensuração da provisão para perda esperada de crédito está descrita na nota explicativa 6.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios.

Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, sendo estas consideradas pelo mercado como de primeira linha.

A Companhia mantém caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha e não limita sua exposição a uma instituição específica. Em 31 de dezembro de 2019, a exposição máxima ao risco de crédito era o valor contábil de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, apresentados na nota explicativa 5.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa.

A nota explicativa 31.4 demonstra os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

31.3. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*")

A Companhia possui importações em dólares de produtos acabados e matérias primas, referentes às unidades de negócio de Artigos Esportivos e Sandálias. Além disso, a Companhia também compra parte de suas matérias-primas nacionais a um valor cujo preço sofre impacto indireto da variação da taxa cambial. Por outro lado, a Companhia possui também exportações de sandálias que, em sua maioria, são vendidas em dólares.

O volume de exportações e recebimentos em moeda estrangeira é superior ao volume de importações e pagamentos em moeda estrangeira, apesar disso a Companhia possui exposição cambial oriunda de compra de matérias-primas não importadas, porém atreladas ao dólar que faz com que a exposição cambial seja importadora, ou seja, possui risco de perda se houver alta na taxa de câmbio.

Com o objetivo de mitigar esse risco e principalmente proteger o seu fluxo de caixa, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a Política de Gestão de Risco Cambial. Essa política estabelece diretrizes para operações de proteção do fluxo de caixa através da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos visam a proteger o fluxo de caixa futuro da Companhia através da redução da exposição cambial para um horizonte de três meses futuros. A exposição cambial futura é baseada nas projeções de pagamentos e recebimentos em moeda estrangeira. Essas operações visam a proteger os impactos da variação cambial sobre as importações e exportações.

Hedge de valor justo

A Companhia adota a contabilidade de *hedge ("hedge accounting*") para as operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap,* tendo como objeto de *hedge* o risco da flutuação do câmbio sobre dívidas contraídas em moeda estrangeira.

continua...

... continuação

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, por meio da controlada Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. possuía uma posição de instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap* designados como "*hedge*" de dívidas em moeda estrangeira, captadas por meio de Linha Externa 4131, com vencimento em 16 de agosto de 2019. A liquidação desse tipo de instrumento se faz de acordo com o valor presente na data de liquidação.

O saldo contábil registrado no balanço da Companhia em 31 de dezembro de 2019 segue no quadro abaixo:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Swap	-	-	-	850

As operações de *hedge* de valor justo de empréstimos em moeda foram avaliadas como altamente eficientes em 31 de dezembro de 2019 e estão classificadas líquidas do objeto de *hedge*, conforme demonstrado na nota explicativa 18.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o resultado apurado nas operações de *swap* foi de ganho de R$ 1.962 (em 31 de dezembro de 2018 perda de R$ 2.064) e estão apresentados líquidos da respectiva despesa de juros dos empréstimos objeto de *hedge*.

Outros instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui outros instrumentos financeiros derivativos (NDF, contrato de opção de compra e opção de venda), que não foram eleitos para aplicação da contabilização de *hedge* conforme CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, cujos ganhos e perdas decorrentes das variações no valor justo dessas operações são registrados no resultado do exercício.

Os saldos registrados no balanço estão apresentados a seguir:

	Controladora			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
"Non Deliverable Forward" (NDF) - Valor justo - MTM	-	-	466	13
Opção de compra e opção de venda (i)	-	1.349	-	5.275
Total	**-**	**1.349**	**466**	**5.288**

	Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
"Non Deliverable Forward" (NDF) - Valor justo - MTM	-	-	1.136	13
Opção de compra e opção de venda (i)	-	1.349	-	5.275
Total	**-**	**1.349**	**1.136**	**5.288**

(i) Refere-se ao saldo líquido da opção de compra de R$ 13.488 e da opção de venda de R$ 12.139 referentes à operação descrita na nota explicativa 1.3, que será liquidada no momento da baixa das ações.

Os impactos acumulados dos instrumentos derivativos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R$ 7.204 de despesa, vide nota explicativa 28.

31.4. Maturidade de passivos financeiros

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores futuros estimados são demonstrados a seguir:

	31/12/2019				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Fluxo futuro
Passivos financeiros:					
Empréstimos e financiamentos	187.670	105.949	2.568	-	296.188
Fornecedores	350.505	-	-	-	350.505
Total	**538.175**	**105.949**	**2.568**	**-**	**646.693**

	31/12/2018				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Fluxo futuro
Passivos financeiros:					
Obrigações por arrendamento financeiro	14	-	-	-	14
Empréstimos e financiamentos	413.480	170.750	80.619	650	665.498
Fornecedores	449.069	-	-	-	449.069
Total	**862.563**	**170.750**	**80.619**	**650**	**1.114.581**

31.5. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	577.952	540.938
(-) Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	(278.750)	(612.934)
Posição financeira líquida	**299.202**	**(71.996)**
Patrimônio líquido	2.734.592	2.469.838

Exposição cambial

A Companhia está exposta à variação do dólar norte-americano. Para as controladas no exterior, não há risco de exposição de moeda visto que os ativos e passivos monetários estão mantidos nas moedas funcionais de cada localidade.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo:				
Recebíveis de exportação	38.501	30.392	38.501	30.392
Contas a receber de clientes	130.390	134.896	130.390	134.896
Total do ativo	**168.891**	**165.288**	**168.891**	**165.288**
Passivo:				
Fornecedores	117.371	50.285	117.371	50.285
"Royalties" a pagar	7.256	5.233	7.256	5.233
Empréstimos	-	-	31.321	33.756
Total do passivo	**124.627**	**55.518**	**155.948**	**89.274**
Exposição líquida	**44.266**	**109.770**	**12.943**	**76.014**
Instrumentos financeiros derivativos	-	16.648	-	16.648
Total da exposição para fins de análise de sensibilidade	**44.266**	**93.122**	**12.943**	**59.366**

As posições de derivativos são para *hedge* e são contratadas para mitigar o risco de variação cambial sobre o fluxo de caixa para operações projetadas para exercícios posteriores.

Adicionalmente, em relação às posições demonstradas acima, a Companhia possui posições em reais atreladas ao dólar, para tanto, a Companhia efetua a contratação de operações de derivativos visando mitigar o risco de variação cambial dessas operações.

31.6. Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os valores de mercado das aplicações financeiras pós-fixadas aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. A Companhia efetua ajuste a valor de mercado para suas aplicações pré-fixadas registradas no balanço. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes", considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam diversos métodos e definem premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. O valor justo de contratos de câmbio a termo é determinado com base em taxas de câmbio a termo, cotadas na data do balanço. Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços), seja indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Isenções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo, quando aplicável, é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de "*swaps*" de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado, bem como das opções.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3.

Classificação contábil e valores justos

Em 31 de dezembro de 2019	Valor contábil			
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo - Instrumentos de *hedge*	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	428.330	-	137.933	566.263
Aplicações financeiras	11.689	-	-	11.689
	440.019	-	137.933	577.952
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Contas a receber de clientes	-	-	886.133	886.133
Outras contas a receber	-	-	46.945	46.945
	-	-	933.078	933.078

Em 31 de dezembro de 2019	Valor contábil			
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo - Instrumentos de *hedge*	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo				
Empréstimos e financiamentos	31.321	-	-	31.321
Instrumentos financeiros derivativos	1.349	-	-	1.349
	32.670	-	-	32.670
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo				
Empréstimos e financiamentos	-	-	247.429	247.429
Fornecedores	-	-	350.505	350.505
	-	-	597.934	597.934

Em 31 de dezembro de 2018	Valor contábil			
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo - Instrumentos de *hedge*	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	342.557	-	176.225	518.782
Aplicações financeiras	22.156	-	-	22.156
Instrumentos financeiros derivativos	466	-	-	466
	365.179	-	176.691	541.404
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Contas a receber de clientes	-	-	975.562	975.562
Outras contas a receber	-	-	32.911	32.911
	-	-	1.008.473	1.008.473

Em 31 de dezembro de 2018	Valor contábil			
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo - Instrumentos de *hedge*	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo				
Empréstimos e financiamentos	32.555	-	-	32.555
Instrumentos financeiros derivativos	5.288	850	-	6.138
	37.843	850	-	38.693
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo				
Empréstimos e financiamentos	-	-	580.379	580.379
Obrigações negociadas de controlada	-	-	9.778	9.778
Fornecedores	-	-	449.069	449.069
	-	-	1.039.226	1.039.226

31.7. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Risco cambial

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2019, cujos efeitos refletem somente os impactos sobre os ativos e passivos monetários, foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes e dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas e, por este motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

Em 31 de dezembro de 2019 a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto está demonstrada a seguir:

	Cenário-base	Cenário de Baixa do Dólar 25 %	Cenário de Baixa do Dólar 50%	Cenário de Alta do Dólar 25%	Cenário de Alta do Dólar 50%
Impactos da variação no dólar norte-americano					
Recebíveis de exportação	1.617	404	809	(404)	(809)
Contas a receber de clientes	5.477	1.369	2.739	(1.369)	(2.739)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Fornecedores	(4.930)	(1.233)	(2.465)	1.233	2.465
Royalties	(305)	(76)	(153)	76	153
Empréstimos	(1.316)	(329)	(658)	329	658
Impacto no resultado	**543**	**135**	**272**	**(135)**	**(272)**

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável, de baixa e de alta de 25% e 50% conforme previsão da Instrução CVM nº 475/08.

A Companhia considera como cenário-base, uma valorização do real em 4,2% sobre o dólar norte-americano considerando uma taxa de câmbio futura de R$4,20 para 31 de dezembro de 2020, baseada em referências de mercado.

Risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final de cada período do relatório.

A análise considera os ativos e passivos financeiros da controladora ao final do período de 2020, e projeta as receitas e despesas financeiras calculadas sobre esse saldo. São utilizados três cenários, sendo o provável a curva de juros futuros com data base de 31/12/2019. Para o cenário possível, foi assumido uma queda de 25% sobre a curva de juros futuros. Já no cenário remoto consideramos uma queda de 50%, também sobre a curva de juros futuros de 31/12/2019.

Em 31 de dezembro de 2019, 100% das aplicações estavam indexadas ao CDI. Os empréstimos eram compostos de 66% de saldo atrelado à curva de juros variáveis e 44% do saldo atrelado a taxa fixa.

	Ganho/(Perda)		
	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Impactos da variação da taxa de juros			
Pós-fixado			
Receita de aplicações financeiras	18.017	13.513	9.009
Despesa de juros sobre empréstimos	(6.862)	(5.222)	(3.609)
Pré-fixado			
Despesas de juros sobre empréstimos	(2.036)	(2.036)	(2.036)
Impacto total no resultado	9.155	6.255	3.364

32. LUCRO POR AÇÃO

	31/12/2019		
Controladora e Consolidado	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	302.010.689	286.051.533	588.062.222
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(32)	(9.245.471)	(9.245.503)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	302.010.657	276.806.062	578.816.719
% de ações em relação ao total	52,18%	47,82%	100,00%
Numerador - Básico / Diluído			
Lucro do exercício atribuível a cada classe de ações	129.120	130.215	259.335
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	302.010.657	276.806.062	578.816.719
Lucro do exercício por ação básico/diluído total	0,4275	0,4704	0,4480

	31/12/2018		
Controladora e Consolidado	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	241.608.551	228.841.226	470.449.777
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(26)	(7.396.377)	(7.396.403)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.525	221.444.849	463.053.374
% de ações em relação ao total	52,18%	47,82%	100,00%
Numerador - Básico / Diluído			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	161.337	162.704	324.041
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.525	221.444.849	463.053.374
Lucro líquido do exercício por ação básico/diluído total	0,6678	0,7347	0,6998

	31/12/2019		
Controladora e Consolidado - operações continuadas	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	302.010.689	286.051.533	588.062.222
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(32)	(9.245.471)	(9.245.503)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	302.010.657	276.806.062	578.816.719
% de ações em relação ao total	52,18%	47,82%	100,00%
Numerador - Básico / Diluído			
Lucro do exercício atribuível a cada classe de ações	157.325	158.658	315.983
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	302.010.657	276.806.062	578.816.719
Lucro do exercício por ação básico/diluído total	0,5209	0,5732	0,5459

	31/12/2018		
Controladora e Consolidado - operações continuadas	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	241.608.551	228.841.226	470.449.777
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(26)	(7.396.377)	(7.396.403)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.525	221.444.849	463.053.374
% de ações em relação ao total	52,18%	47,82%	100,00%
Numerador - Básico / Diluído			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	235.490	237.486	472.976
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.525	221.444.849	463.053.374
Lucro líquido do exercício por ação básico/diluído total	0,9747	1,0724	1,0214

	31/12/2019		
Controladora e Consolidado - operações descontinuadas	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	302.010.689	286.051.533	588.062.222
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(32)	(9.245.471)	(9.245.503)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	302.010.657	276.806.062	578.816.719
% de ações em relação ao total	52,18%	47,82%	100,00%
Numerador - Básico / Diluído			
Prejuízo do exercício atribuível a cada classe de ações	(28.204)	(28.444)	(56.648)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	302.010.657	276.806.062	578.816.719
Prejuízo do exercício por ação básico/diluído total	(0,0934)	(0,1028)	(0,0979)

	31/12/2018		
Controladora e Consolidado - operações descontinuadas	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	241.608.551	228.841.226	470.449.777
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(26)	(7.396.377)	(7.396.403)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.525	221.444.849	463.053.374
% de ações em relação ao total	52,18%	47,82%	100,00%
Numerador - Básico / Diluído			
Prejuízo líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	(74.153)	(74.782)	(148.935)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.525	221.444.849	463.053.374
Prejuízo líquido do exercício por ação básico/diluído total	(0,3069)	(0,3377)	(0,3216)

(a) As ações preferenciais possuem direito a dividendo 10% maior em relação às ações ordinárias.

33. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia possui compromissos decorrentes de contrato de fornecimento de energia elétrica, devendo ser adquirido o volume mínimo mensal de 11.119 MWh, equivalente a R$ 2.558, podendo ser alterado com prazo mínimo de seis meses. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava adimplente com os compromissos desse contrato.

34. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam uma política de efetuar a cobertura de seguros para os bens do imobilizado e estoques sujeitos a risco de incêndio, pelo valor de reposição técnica e para cobertura de lucros cessantes. Em 31 de dezembro de 2019, as coberturas de seguro no consolidado eram consideradas suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Moreira Salles - Presidente

Alfredo Egydio Setubal **Marcelo Pereira Lopes de Medeiros** **Rodolfo Villela Marino** **Silvio Tini de Araujo** **Luiz Fernando Ziegler de Saint Edmond** **Stacey Brown**

DIRETORIA

Roberto Funari - Diretor-Presidente

Adalberto Fernandes Granjo
Diego Mohadeb
Edson Rubião Gonzales
Fernanda Romano
Jorge Luiz Viegas Ramalho
José Roberto Martinez Daniello
Julian Garrido Del Val Neto
Marcelo Turri

CONTADORA

Sueli do Nascimento Ferreira - CRCSP - 1SP163573/O-6

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com o artigo 25, parágrafo 1º, inciso VI da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as informações contábeis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 da Alpargatas S.A.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2020.

Roberto Funari - Diretor-presidente
Adalberto Fernandes Granjo
Diego Mohadeb
Edson Rubião Gonzales
Fernanda Romano
Jorge Luiz Viegas Ramalho
José Roberto Martinez Daniello
Julian Garrido Del Val Neto
Marcelo Turri

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

De acordo com o artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 da Alpargatas S.A.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2020.

Roberto Funari - Diretor-presidente
Adalberto Fernandes Granjo
Diego Mohadeb
Edson Rubião Gonzales
Fernanda Romano
Jorge Luiz Viegas Ramalho
José Roberto Martinez Daniello
Julian Garrido Del Val Neto
Marcelo Turri

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Diretor de Finanças e Relação com Investidores apresentou os principais indicadores financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Os auditores independentes apresentaram o relatório dos auditores independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Depois dos esclarecimentos e de analisados e debatidos os aspectos relevantes das referidas demonstrações financeiras, juntamente com os auditores independentes, os integrantes do Comitê de Auditoria emitiram o seguinte parecer: "*Concluído o exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalva da KPMG Auditores Independentes, os membros efetivos do Comitê de Auditoria da Alpargatas S/A. são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no exercício e reúnem condições de serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração*".

São Paulo, 7 de fevereiro de 2020.

Ricardo Baldin
Coordenador do Comitê

Alfredo S. Lazzareschi Neto
Membro do Comitê

Carlos A. Reis de Athayde Fernandes
Membro do Comitê

Rodolfo Villela Marino
Membro do Comitê

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e acionistas da
Alpargatas S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alpargatas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Alpargatas S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da Redução ao valor recuperável de unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida - controladora e consolidado

Veja a Nota 12.1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta nas demonstrações financeiras consolidadas ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida, relativos às aquisições da CBS S.A - Companhia Brasileira de Sandálias ("CBS"), da Terra de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. ("Osklen") e da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina ("ASAIC"), cuja avaliação de valor recuperável envolve julgamentos críticos na determinação das premissas usadas nas projeções de fluxos de caixa futuros esperados em cada unidade geradora de caixa, entre outras, relacionadas com a determinação das taxas de desconto, taxa de crescimento na perpetuidade, taxa de crescimento estimado para o resultado operacional e outras premissas macroeconômicas de PIB e inflação ajustadas pelo crescimento previsto de vendas e expectativas de desenvolvimento dos mercados dos negócios da Companhia e de suas controladas para os próximos anos. Devido ao julgamento inerente ao processo de determinação de estimativas dos fluxos de caixa futuros e das demais premissas e pelo fato das variações das premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	- Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Entendimento do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de elaboração e aprovação dos orçamentos da Companhia. - Avaliação do plano de negócios, orçamentos e análises de valor recuperável disponibilizados pela Companhia. - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável, da metodologia e das premissas mais significativas utilizadas pela Companhia, incluindo a comparação das premissas usadas pela Companhia com os dados obtidos externamente, e análise de sensibilidade sobre as premissas mais significativas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. - Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis o valor recuperável das unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros intangíveis com vida útil indefinida, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento - controladora e consolidado

Veja as Notas 2.2.1 e 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
A Companhia e suas controladas mantêm direitos de uso relevantes decorrentes de contratos de arrendamentos de lojas, centros de distribuição, e imóveis usados como sedes administrativas. O novo pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 -), que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, introduziu requerimentos contábeis complexos servindo de base para mensuração do direito de uso de um ativo, assim como do passivo de arrendamento. A determinação das premissas usadas na mensuração do direito de uso de um ativo e do passivo de arrendamento envolve julgamento relevante, especialmente com relação ao prazo de arrendamento e à taxa de desconto de cada contrato de arrendamento. Devido ao julgamento inerente ao processo de mensuração do ativo de contrato e do passivo de arrendamento, bem como pelo fato das variações das premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	- Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Entendimento do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração dos ativos de direito de uso e passivo de arrendamento. - Avaliação, com o auxílio de especialistas internos em finanças corporativas, da razoabilidade das premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto, incluindo a comparação das premissas usadas pela Companhia com os dados obtidos externamente, e análise de sensibilidade sobre as premissas mais significativas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas. - Avaliação, com base em uma amostra de contratos, da determinação do prazo de arredamento e dos valores considerados na mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento determinados pela Companhia, incluindo análise das cláusulas de renovação em função dos fatos e circunstâncias relevantes que pudessem criar incentivos econômicos para o seu exercício, bem como dos julgamentos aplicados na análise dos aspectos tributários da operação e na determinação da inclusão dos tributos nos valores considerados na mensuração do direito de uso e passivo de arrendamento. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes requeridas pela norma e suas diversas interpretações. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes imateriais que afetavam a mensuração dos ativos de direito de uso e passivo de arrendamento, os quais não foram registrados pela administração. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2020

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcelle Mayume Komukai
Contadora CRC 1SP249703/O-5